

FÓRUM DO AGRONEGÓCIO 2023

PRODUZIR E CONSERVAR

Data: 18 de setembro de 2023

Horário: das 9h20 às 18h

Recinto: Recinto José Garcia Molina – Parque Governador Ney Braga

Público: Cerca de **xxx** pessoas de diferentes segmentos do agronegócio - entre alunos de graduação e pós, agricultores, pecuaristas, produtores rurais, jornalistas, relações públicas, formadores de opinião, lideranças e representantes do terceiro setor, cooperativas, de indústrias de insumos, máquinas e tecnologias voltadas para o meio rural, entidades de classe, instituições de ensino e outras – estiveram presentes.

Organização e coordenação: **xxxxx**

Realização: Sociedade Rural do Paraná

Curadoria: MMarchiori

Relatoria: Erika Zanon

Assessoria de imprensa: Susan Naime Bortoti

Cerimonialista: Bruno Blecher

ABERTURA

A cerimônia de abertura da 4ª edição do Fórum do Agronegócio contou com a presença de diversas autoridades políticas e de representantes do setor agropecuário. Teve como destaque a assinatura do aditivo do protocolo de intenções que posiciona Londrina como o primeiro Polo de Inovação para o Agro. O termo recebeu as assinaturas do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, do governador Ratinho Junior, do presidente da Sociedade Rural do Paraná, Marcelo Janene El-Kadre, e da deputada federal Luísa Canziani. Logo após a assinatura do aditivo, foi aberto para os convidados (no palco) falarem.

O jornalista e cerimonialista Bruno Blecher lembra que o 4º Fórum do Agronegócio tem como tema Produzir e Conservar e pontua que o protagonismo mundial do agronegócio depende de uma cadeia complexa de relacionamentos no mercado, o governo e a sociedade civil. Produzir e conservar, garantindo a segurança alimentar para futuras gerações, é um dos grandes desafios da sociedade brasileira, acrescenta. O objetivo de promover debates de qualidade, inclui Bruno, podem apontar soluções.

Sobre o Polo de inovação, frisa que Londrina recebeu essa chancela em 2019. “O ecossistema de Londrina se mobilizou, trabalhou muito atento às suas responsabilidades e (hoje) concretiza a assinatura do protocolo de intenções por mais quatro anos, para seguir promovendo e aprimorando a inovação por meio de programas que conectam empresas, academias, startups, investidores, produtores e mentores”. Na sua fala, lembra também que a Sociedade Rural do Paraná é protagonista dessa parceria com outras entidades e mobiliza atores, conectando o ecossistema de inovação e sua governança para disseminar a inovação no campo, ampliando de forma sustentável a produção do agronegócio.

Na sequência, Bruno abre para os convidados falarem:

MARCELO JANENE EL-KADRE - PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ

Marcelo abre saudando as autoridades presentes e destaca que o evento tem a missão de apresentar um outro Brasil para o mundo: de lideranças, produtores, empresários, associações, agroindústrias, cooperativas, academia, políticos, empreendedores unidos sob o viés das oportunidades.

“O mundo tem fome de soluções e está no Brasil a grande riqueza para ser fonte de soluções rurais e garantir alimentos no longo prazo. Temos um País tecnológico, que tem inteligência e sabe como produzir melhor, em menos tempo e espaço. Dedicamos cada vez mais para ter sustentabilidade”. O alimento brasileiro, acrescenta Marcelo, tem condições de ser o mais verde do planeta. “Esse é o nosso Brasil. Um País que hoje colhe resultados de decisões tomadas no passado, unidas às ações do presente e em relação às regulações de fontes e de energia. Essas escolhas conferem ao agro brasileiro os melhores indicadores de sustentabilidade quando comparados aos grandes produtores de alimentos do planeta”.

O presidente da Rural cita o privilégio de apresentar que 66% do território brasileiro está intocável, preservado, de forma original. Destaca que “as nossas participações nas energias renováveis na matriz nacional estão próximas a 48%, enquanto a média do planeta é de 15%”. E frisa que o Brasil é responsável por apenas 3% das emissões de CO2 no planeta e tem uma das menores emissões de carbono per capita ao redor do mundo.

“E como não mencionar a performance do Brasil nas exportações? Em 2020, o País vendia para o mundo cerca de US\$ 100 bilhões e, em 2022, vendemos praticamente US\$ 160 bilhões, número que tem tudo para ser ultrapassado esse ano”.

Esses valores, frisa Marcelo, mostram que o Brasil exportou em produtos do agro um R\$ 1,6 milhão por minuto. “Se esse discurso levar 3 minutos para acontecer o agro terá vendido ao exterior quase R\$ 5 milhões. Na soja, o Brasil vende R\$ 500 mil por minuto, nas carnes R\$ 260 mil e no café quase R\$ 100 mil reais por minuto.”

“Hoje podemos afirmar que o planeta precisa da produção agrícola do Brasil. É fato que existem diversos problemas a serem resolvidos e por esse motivo é que nós estamos aqui hoje reunidos”, destaca Marcelo, que ressalta que nas próximas horas do Fórum será conectada toda a cadeia produtiva para um debate intenso e representativo. “Apontar soluções para exaltar o protagonismo mundial do Brasil e produzir e conservar”.

DEPUTADO PEDRO LUPION – LÍDER DA BANCADA RURALISTA

Lupion destaca no início de sua fala que o setor passa por um momento complicado pelos valores das commodities, os preços do mercado, problemas com leite, com a carne, o trigo, o milho, a soja. “Mas talvez o que enfrentamos no momento e que seja mais complicado e que nós da política temos mais dificuldades em solucionar é a questão do ativismo judicial que tem prejudicado demais o nosso agronegócio”, ressalta. O deputado ressalta que trata-se de algumas decisões tomadas pela Suprema Corte nos últimos meses e que tem causado prejuízos enormes para o agronegócio e gerado muita preocupação.

Entre essas decisões, cita a questão da relativização do direito de propriedade sobre o que é a terra produtiva e o que é o uso social dessa terra. “Algo que nos preocupa porque temos que legislar mais uma vez, mais uma vez votar a lei, deixar muito claro o que é uma propriedade produtiva e que ela por si só sendo produtiva já realiza a sua função social”, destaca, acrescentando a preocupação quanto ao enfraquecimento constante e diário do código florestal, a legislação ambiental mais importante, mais restritiva do mundo no que se trata da produção e sustentabilidade e que, segundo ele, encontra no judiciário ataques constantes, por exemplo no julgamento sobre a identidade ecológica.

“Chegar agora, em pleno 2023, depois que o código está valendo há mais de dez anos e dizer que a compensação ambiental dentro do bioma não vale mais e que nós temos que cumprir isso na microbacia é colocar qualquer produtor rural na ilegalidade. É patrulhamento, é perseguição e não podemos aceitar.”

“O que a gente quer é a garantia do direito de propriedade. Que a gente possa ter a garantia de que se tem uma terra consolidada há mais de décadas, centenas de anos que aquela família está instalada naquela região, que não seja expropriada. E se tiver que sair que seja indenizada”, destaca, acrescentando que esses talvez sejam “os maiores desafios que a gente tem enfrentado no dia a dia, principalmente em relação ao judiciário”. Segundo ele, decisões equivocadas por parte também do Ministério do Meio Ambiente, fortalecendo o CONAMA, acima da legislação que se tem vigente, como o caso da lei de Mata Atlântica que, pontua o deputado, está desqualificando o código florestal, dizendo que a lei da Mata Atlântica vale mais.

Lupion lembra que a frente parlamentar agropecuária é enorme, com 347 membros, que as cobranças são diárias sobre o que se tem feito, mas que eles têm suas limitações, uma vez que não têm voto no judiciário e não são do executivo. “Temos uma preocupação de conseguir deixar claro que quem tem que legislar é o Congresso Nacional e quem tem que executar é executivo. Não podemos de maneira alguma ficar reféns de decisões tomadas na calada da noite”.

Ainda destaca a importância de um fórum como esse para discutir temas diversos que e que precisam ser enfrentados no dia a dia, como a nova lei dos pesticidas, dos bioinsumos, Plano Safra, dinheiro de seguro, “discussões importantes sobre o fomento da nossa produção”.

SENADOR SÉRGIO MORO

Sérgio inicia sua fala lembrando que cresceu ouvindo que o Brasil é um país do futuro, mas que nunca sabia quando ia chegar esse futuro. “A gente fica frustrado. Muitas vezes com expectativas que não se realizam. Mas uma coisa a gente tem que dizer: O agro brasileiro chegou nesse futuro. O agro brasileiro é motivo de orgulho. O agro brasileiro é aquela parte da economia brasileira que deu certo. Que é competitiva internacionalmente. Que não deixa nada a dever ao agronegócio dos países lá do primeiro mundo. Ao contrário, muitas vezes compete com vantagens”, elenca o senador, frisando que as vantagens não são só decorrentes dos “favores que Deus nos deu”, como o clima favorável, terra produtiva, a exemplo da terra roxa do norte do Paraná, mas também por investimento em pesquisa.

Ainda traz para o debate que o Brasil segue avançando por conta, principalmente, dos investimentos em ciência, que potencializam a produtividade.

O senador frisa que é preciso seguir investindo em pesquisa, uma vez que o mundo de hoje é muito desafiador. “O mundo global está cada vez mais competitivo, alguns falam até que estamos diante de uma nova guerra fria, fico na dúvida se vai ser isso mesmo, mas sei que Brasil terá uma série de desafios. E a gente não pode perder tempo, temos que olhar as pautas no futuro, investir mais em pesquisa e ciência e facilitar a vida de quem produz no País”, coloca Sérgio, pontuando que esse incentivo tem que ser para qualquer setor produtivo, mas em especial o agro porque “a gente não pode matar a nossa galinha dos ovos de ouro”

E cita a fala do deputado Pedro Lupion, antes dele, sobre as pautas que estão no Congresso Nacional, muitas antigas, e que parecem que nunca são votadas. E cita a lei dos defensivos agrícolas, o marco temporal – que, segundo ele, já era para estar resolvida. “O agricultor precisa de segurança jurídica”, diz, corroborando a fala do deputado e justificando que o produtor não deveria estar preocupado com esses assuntos, “se vai ter o direito de plantar na propriedade dele ou vai vir uma lei que vai complicar cada vez mais a vida dele de trabalho.” E o agricultor brasileiro, acrescenta o senador, com exceções evidentemente, respeita o meio ambiente. Na sua opinião é preciso ter uma pauta voltada para o futuro e não presa ao passado e com apoio de todos, incluindo o governo federal e os ministros.

WALDEZ GÓES – MINISTRO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O ministro destaca que reitera o que foi dito antes dele sobre o agronegócio ser uma das áreas do Brasil que mais avançou em termos de tecnologia de produção e produtividade, de representatividade para o País e para o mundo e isso não pode ser perdido. Ao contrário, reforça ele, deve ser intensificado e apoiado para que essa atividade se amplie cada vez mais.

“Obviamente que depende cada vez mais dos investimentos em ciência e tecnologia porque todos os avanços que tivemos até agora se deve muito à academia, à ciência, tecnologia, inovação. Assim como a vida é dinâmica, o processo de produção também. Se para no tempo, no conhecimento produzido, certamente fica-se para trás”, diz. E cita o FooTech, laboratório do Instituto Federal de Educação em Londrina recém-inaugurado (pela manhã antes de participar do Fórum), e frisa a importância dessas instituições para o desenvolvimento do País.

“Do Oiapoque até o Rio Grande do Sul esses institutos federais de educação têm feito um diferencial muito grande para a juventude brasileira. Em nenhum momento isso significa diminuir o espaço das grandes universidades federais ou estaduais. Mas eles têm cumprido um papel significativo (na educação)”, enaltece o ministro, acrescentando que a iniciativa de ter um laboratório reforça cada vez mais a permanente importância de construção do conhecimento, das inovações, da tecnologia aplicada àqueles que produzem e empreendem no Brasil.

Ainda sobre o desenvolvimento e apoio a quem produz, adianta que a sua agenda do dia também está marcada pela adesão do Paraná ao Pacto Pela Governança da Água (que seria assinado posteriormente ao evento pelo governo e pelo ministro), que prevê investimentos para regulação de serviços de saneamento, monitoramento de barragens e de qualidade da água. O Paraná será o primeiro estado a aderir, segundo ele.

“Essa agenda é coordenada pela Agência Nacional das Águas (ANA), mas exige atenção de todos nós, pois é decisiva para todos, seja para o consumo humano, para a produção industrial, para a agricultura”, afirma Waldez. Ele acrescenta que um dos eixos do Novo PAC é voltado para ações em relação à água e que é o ministro responsável por grande parte desse eixo que “tem relação direta com consumo humano, indústria e produção de alimentos”. O projeto envolve questões de barragens, obras hídricas, correlação

direta ao abastecimento, irrigação, entre outros. Até o final do mês ele diz esperar a adesão de todo o País ao pacto da água, com ações específicas para cada região.

“Quando a gente fala de investimento na academia e na produção do conhecimento para quem empreende, quando fala em investir cada vez mais no agronegócio e de uma boa governança, de um dos produtos mais essenciais para a humanidade que é a água, que articula todos os atores a serviço da sociedade, estamos tratando de uma agenda do presente e do futuro da humanidade.”

CARLOS FÁVARO- MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Logo no início da sua apresentação, Fávoro diz que há um tema relevante e que precisa da reflexão de todos: Uma nova geopolítica que, segundo ele, vem acontecendo silenciosamente nos últimos 50 anos e que talvez nem todos percebam isso nas suas vidas. “Eu pude perceber nos últimos dias quando fiz uma missão pelo Japão e Coreia do Sul. Recebo uma ligação da minha sobrinha e afilhada que me sugere comer um determinado prato na Coreia. Perguntei como ela sabia do prato e ela respondeu que a mãe compra sempre no mercado em Cuiabá o tal macarrão, ‘mas que certamente na Coreia seria muito melhor’. E fiquei pensando que foi uma pré-adolescente de 13 anos que me disse isso”.

A Coreia do Sul, lembra ele, há 50 anos tinha poucas perspectivas, pouco desenvolvimento. Mas, com consciência e tecnologia, transformou-se em polo de desenvolvimento científico. “Vejam o que aconteceu na China, no Japão, em Taiwan, no Oriente Médio nos últimos 50 anos. Uma revolução, deixando só a vocação de produzir petróleo para se tornarem também polos comerciais e de turismo. Não é à toa que em Dubai tem um parque da Ferrari, tem autódromo de Fórmula 1, que a Copa do Mundo foi no Catar. É que se tem diversos implementos e oportunidades econômicas no Oriente Médio”, descreve Fávoro, lembrando que se trata de uma geopolítica complementar às que já existem, como União Europeia e Estados Unidos. “O que estou querendo dizer é que o Brasil não pode ter a síndrome de cachorro vira-lata e achar que coisas boas, que a evolução, só acontecem lá fora.”

Exatamente nos mesmos 50 anos, compara o ministro, o Brasil que era importador de alimentos e cultivava 27 milhões de hectares teve então oportunidades através da ciência e de políticas públicas, que criou, por exemplo, a Embrapa. Começou então, destaca, a desenvolver tecnologias, a iniciativa privada também, e homens e mulheres vocacionados transformaram o Brasil nessas últimas cinco décadas em um dos maiores produtores de alimentos do mundo. “O Brasil passa a ser referência na produção de alimentos, ser muito importante para a segurança alimentar e cumpre também um papel de paz hoje no mundo”, enaltece Fávoro.

Hoje, na prática, o ministro pontua as missões para abertura de mercado em todo o mundo nos últimos meses e oportunidades comerciais para os produtores. Segundo ele o MAPA abriu esse ano 43 novos mercados. E cita a abertura do mercado de bovinos e

suínos para o México, “um mercado importante e tão consumidor quanto o Brasil”, e ainda a oportunidade de exportar frango para Israel.

“Israel não é um grande consumidor, um grande país, tem só 9,5 milhões de habitantes, mas tem o maior consumo per capita no mundo, 67 quilos de carne de frango por cidadão ao ano. E mais, se o país não comprava de ninguém, esse frango era produzido lá, importando soja, milho, criando frango no ar condicionado. Imagine quanto vale um quilo de carne de frango em Israel? Agora o Brasil é o único país no mundo que pode exportar para eles, dentro das exigências e modelo de abate específico.”

Todas essas informações, segundo ele, para dizer que o Brasil está no caminho certo, investindo em ciência, tecnologia e logística. E acrescentou que os compromissos pautados pelo deputado (Lupion) são compromissos do Mapa, como segurança jurídica e bem-estar para o desenvolvimento.

RATINHO JÚNIOR – GOVERNADOR DO PARANÁ

Na sua apresentação, o governador Ratinho enfatiza que o Paraná está determinado a se consolidar como o “supermercado do mundo”, ressaltando a força e a qualidade da produção no Estado e que um dos caminhos para potencializar a atividade agropecuária paranaense é transformar mais matéria-prima em alimentos e exportar com maior valor agregado. “Estamos determinados a nos consolidar como o supermercado do mundo, nos tornar o grande produtor de alimentos e já estamos nesse caminho com a força das nossas cooperativas e agroindústrias”, afirma Ratinho, registrando que o Estado não está feliz em ficar vendendo soja e milho para os países asiáticos.

O governador também elenca que o Paraná é possivelmente um dos maiores produtores de alimentos do mundo, em quantidade e variedade, por metro quadrado. Já é, lista ele, o maior produtor de carne de frango e de peixe de água doce do País, o segundo maior de carne suína, um dos maiores de carne bovina e é destaque em outras cadeias produtivas, do campo à indústria, como a do bicho-da-seda, da mandioca, trigo e cevada.

“Queremos vender tudo, produzir a nossa soja, produzir o nosso milho, transformar isso em ração, transformar em proteína animal. Isso ir para os nossos frigoríficos, ser embalado, congelado e enviado para o mundo todo. É dessa forma que o Brasil e, em especial o Paraná, vai se consolidando como esse grande produtor”.

Todos esses dados, diz o governador, implica cada vez mais organização e ajuda para facilitar a vida do produtor rural, para que ele possa estar sempre acompanhando o crescimento. A produção agrícola, acrescenta, foi sendo levada para o tablet, para o smartphone, e esse Fórum serve justamente para trazer soluções para o homem do campo. “Londrina vem se consolidando como um polo tecnológico, de startups, gerando soluções e automaticamente contribuindo para o aumento dessa produção.”

E atrelado a esse papel de ser o supermercado do mundo, destaca o governador, o Paraná se consolida como o estado mais sustentável do Brasil. Por três vezes consecutivas, de acordo com ele, o ranking de competitividade entre todos os estados

brasileiros colocou o Paraná como o mais sustentável. Além disso, diz Ratinho, a OCDE, que reúne os 20 países mais poderosos do mundo, colocou no relatório do ano passado o Paraná e uma província do Japão como exemplos a serem seguidos de sustentabilidade no planeta.

“O que estamos demonstrando? Estamos demonstrando para o Brasil e para o mundo, em especial, que é possível produzir alimentos de qualidade, cuidando do meio ambiente”, elogia. E cita que os produtores do Estado preservam as microbacias, as macrobacias, as nascentes. E aproveita para adiantar o lançamento de um programa (no dia seguinte ao Fórum) de proteção de 30 mil minas no Paraná.

Ratinho também arrisca uma previsão, a de que, tendo o Brasil a sustentabilidade e conservação no seu DNA, sendo o país que talvez mais preserve o meio ambiente, poderá chegar o momento em que “vamos a começar a selecionar para quem queremos vender. País que produz energia de carvão vegetal não vamos vender. País que produz energia nuclear, não vamos vender. Vamos começar a selecionar e, então, inverteremos a roda.” E encerra frisando que a vocação do Paraná é produzir alimento para o mundo.

CONFERÊNCIA MAGNA “O BRASIL E SUA LIDERANÇA MUNDIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS”

RATTAN LAL – CIENTISTA, PRÊMIO NOBEL DA PAZ E PRÊMIO MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

O renomado cientista Rattan Lal inicia sua apresentação (online) destacando que entre os pontos principais que gostaria de falar está o fato de “que a potência agrícola mundial é o Brasil”. A agricultura brasileira, enaltece Lal, é uma história de sucesso para o mundo e destaca o crescimento do agronegócio no País, que saiu de importador de alimentos na década de 1960 para maior exportador de alimentos do mundo nos últimos anos. “Esse é um dos desenvolvimentos mais importantes da história mundial moderna”, acrescenta, pontuando que o Brasil está hoje entre os cinco maiores produtores mundiais de cerca de 36 produtos agrícolas.

Na base desse crescimento, pontua, está a adoção de práticas conservacionistas, com destaque para o Plantio Direto, e a expansão de áreas produtivas, no que ele chama de “o milagre do cerrado”. Ao pontuar essas informações, o cientista destaca que o Brasil pode contribuir com o mundo não apenas com a produção de alimentos, mas também exportando conhecimento e tecnologia. A FAO, lembra ele, alerta que até 2050 a produção de alimentos precisará aumentar em torno de 70% para atender os mais de 2,3 novos bilhões de habitantes do planeta.

A entidade previu, acrescenta Lal, que esse impulso exigirá o plantio em milhões de novos hectares e que a África Subsaariana e a América Latina são fontes potenciais de expansão de terras agrícolas. “A região da savana da Guiné talvez possa ser a próxima fonte de produção devido à semelhança com o cerrado brasileiro. Por isso, gostaria de fazer um apelo ao Brasil para que ajude a África a realizar o mesmo que foi feito na região do Cerrado ao longo dos últimos 25 anos. Isso seria realmente uma tremenda contribuição do Brasil para facilitar a eliminação da fome no mundo e alcançar resultados sustentáveis”.

Mesmo com a recente história de sucesso da produção agrícola do Brasil, Lal aponta que há problemas que não podem ser ignorados, entre eles a degradação do solo, o uso excessivo de água, a poluição. O agricultor, segundo ele, tem sim contribuído para isso (para os problemas e impactos da produção). Essas e outras questões, acrescenta o cientista, podem ser relacionadas às mudanças climáticas e é urgente garantir que, principalmente a degradação do solo, sejam controladas. “É preciso tornar a agricultura amiga do clima. Como? Adotando a agricultura regenerativa, cuidando da forma como os alimentos são produzidos e consumidos, por meio do uso controlado de defensivos”, exemplificou.

A forma como o alimento é produzido, alerta, pode afetar a qualidade do solo e criar efeito cascata no planeta: Solo, plantas, animais, humanos e o próprio planeta. É preciso garantir que a degradação do solo e o rendimento climático sejam controlados. Pode haver aumento de 5% nos riscos de produção devido às mudanças climáticas. O impacto

da agricultura nas alterações climáticas, reitera o cientista, deve ser reduzido através da adoção de técnicas agrícolas inovadoras.

URBANIZAÇÃO

Lal cita resumidamente a crescente urbanização populacional, a exemplo do Rio que passou de 3,1 milhões de habitantes em 1950 para mais de 15 milhões atualmente, e o aumento da utilização da agricultura urbana: Sistemas de produção sem solo, como aquicultura, a aquaponia, a hidroponia e estruturas de estufas para produzir dentro dos limites da cidade. E frisa sobre o impacto dos alimentos que não são nutricionalmente ricos. “Portanto, manter a saúde do solo é essencial. Podemos decidir aceitar um rendimento menor (da produção), mas manter esse rendimento ideal por um longo período ao mesmo tempo que se cuida do solo”, pontua.

“O sistema alimentar é tudo”, resume Lal. Portanto, segundo ele, a transformação para um sistema alimentar sustentável é uma componente importante dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Entre esses objetivos, a pobreza, a fome, boa saúde, bem-estar, consumo e produção, água e saneamento. Deve-se prestar atenção a estes objetivos, alerta o cientista, porque são diretamente afetados pelo sistema alimentar. “Não se trata apenas de uma lei de produção agrícola, é uma questão de como podemos melhorar o sistema alimentar. Podemos transformar? Podemos tornar o clima favorável? Podemos tornar o meio ambiente amigável?”, questiona.

Nesse sentido, pontua, deve-se adotar práticas agrícolas positivas. “Estas são ações que protegem e restauram o solo, melhoram a qualidade e a renovabilidade da água, adotam agricultura com emissões negativas. No Brasil você ouve sobre agricultura de baixas emissões, mas também ouvimos sobre agricultura com emissão zero. Estou falando de agricultura com emissões negativas”, reforça o especialista.

Lal cita ainda algumas medidas de “agricultura positiva para a natureza” que podem ser adotadas, a exemplo do que já acontece no Brasil, como a produção de combustível a partir da cana-de-açúcar. “Façam disso um caminho a ser seguido”, pontua. Ressalta ainda que o caminho para produzir mais alimentos e poder atender à crescente população mundial em poucos anos, reduzindo ou minimizando os danos ambientais, passa por uma agricultura conservacionista, regenerada e agroecológica. “Devemos trabalhar com a natureza e não contra ela”. Cita a inovação digital como apoio, considerando processos como irrigação de precisão, uso de fertilizantes de precisão, “tudo baseado em sistema digital”.

“Quais são os exemplos de agricultura positiva para a natureza que podemos adotar? O Brasil tem se saído muito bem em agricultura de conservação, agricultura regenerada, agroecologia”, elenca Rattan Lal, lembrando que antes de iniciar sua apresentação (no Fórum) um jornalista perguntou o que é a agricultura regenerada. “É a agricultura que restaura o solo e melhora o ambiente ao longo do tempo. E a agroecologia? Agroecologia é a agricultura que segue princípios básicos da ecologia que são a agroecologia, a agrossilvicultura, a integração das culturas com as árvores e a pecuária.

Culturas integradas com árvores e gado significam orçamento de carbono positivo para o solo”.

Lal celebra que o Brasil possui o maior reservatório de florestas tropicais. “Felizmente, 80% dela ainda está intacta e, espero, oro e suplico, deixem os homens protegerem sua floresta. Não a converta novamente mais para a agricultura”, pede o cientista, recomendando utilizar adequadamente os terrenos existentes, restaurar os terrenos degradados e evitar o corte de mais florestas. “Devemos, de fato, igualar as terras na natureza, devolver algumas terras à natureza para o sequestro de carbono, para melhorar a falta de energia, melhorar a qualidade da água”.

Nesse sentido, considera o cientista, deve-se salvar o homem para a natureza, o que leva ao conceito de “eco intensificação”, que nada mais é do que produzir mais com menos terra, menos água, menos fertilizante, menos energia, menos emissão de gases de efeito estufa.

“Não estou dizendo para reduzir a produção, estou dizendo para melhorar a eficiência para que se possa economizar os recursos necessários. Como você provoca essa transformação no sistema alimentar? Restaurando o solo.”, reitera. E diz que é preciso uma “Lei de Saúde do Solo” para protegê-lo e restaurá-lo, garantindo que sua qualidade seja sustentada para sempre. “E isso nos leva à agricultura regeneradora. Regenerar a agricultura não é uma política, não é uma técnica, é um conceito, é uma estratégia”.

O cientista ainda acrescenta a necessidade de se estruturar incentivos econômicos para que os agricultores sejam encorajados a produzir mais, com menos. E, lembrando dos pequenos agricultores, sugere que o setor privado pode desempenhar um papel importante na promoção da agricultura positiva para a natureza, facilitando o acesso às importações por parte daqueles que não podem pagá-las da mesma maneira. Uma das ações que podem ser estimuladas pelo setor privado é a agricultura de carbono. “A agricultura de carbono significa cultivar o carbono do solo como uma mercadoria que pode ser comercializada, comprada e vendida e criar outro fluxo de rendimento para o agricultor.”

E finaliza sua apresentação frisando que saúde do solo é igual a dieta saudável, a pessoas saudáveis, a ecossistema saudável e a processos planetários saudáveis. “Por favor, lembrem-se de que vocês no Brasil fizeram um trabalho notável na melhoria da produtividade. Agora também podem restaurar a proteção do solo e dos recursos naturais tanto quanto possível, porque devemos viver em harmonia e simbiose com a natureza, não contra a natureza.”

PAINEL 1 – “ALIMENTOS, FIBRAS E ENERGIAS RENOVÁVEIS: A INTEGRAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS, A DEMANDA POR INVESTIMENTOS E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS”

MODERADOR: FERNANDO LOPES – JORNALISTA E EDITOR DO INFOMONEY

Fernando apresentou os painelistas e na sequência já deu início ao debate

CARLOS FÁVARO – MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

O ministro inicia sua participação falando que o Brasil caminhou nos últimos 50 anos para tornar-se um grande provedor de alimentos no mundo com muita tecnologia. “A inovação tecnológica, a capacidade dos nossos produtores de introduzirem cada vez mais e com aptidão novas tecnologias foram as grandes revoluções feitas pela agropecuária brasileira”. Ele destaca que isso se deu graças à criação da Embrapa e também à iniciativa privada com a sua pesquisa e seu desenvolvimento.

Ele coloca em questão qual será então o papel nesse momento. “Não vamos viver de olhar no retrovisor, não vamos viver de olhar para o passado. Qual será o desafio agora para os próximos 50 anos? Eu tenho dito, nas andanças pelo mundo, que o Brasil teve, em área com agricultura nos últimos 50 anos, um incremento na ordem de 40 milhões de hectares, 140%, e incremento de produção e produtividade na ordem de 580%”. Ele acrescenta que hoje o setor está crescendo dois milhões de hectares por ano, que estão sendo implementados na área da agricultura com pecuária tecnificada. Fávoro completa que esse crescimento não é sobre a floresta. “Não faz sentido avançarmos com o desmatamento. Não faz sentido avançarmos com crimes ambientais”, pontua.

O ministro acrescenta que o Brasil possui 170 milhões de hectares de pastagens. Desses, 25 a 30 milhões de hectares, segundo ele, são de altíssima tecnologia com adubação e produtividade. Fávoro enaltece que o País tem também 40 milhões de hectares que podem e devem ser incrementados a esse sistema produtivo. Isso, segundo ele, induz ao incremento das tecnologias com conhecimento já adquirido que podem, portanto, fazer os 40 milhões de hectares, que demoramos 50 anos, ocorrer nos próximos 20 anos, “por osmose” para o crescimento vegetativo, que é o que está acontecendo hoje, com o crescimento de área de 2 milhões de hectares por ano”. “Se a gente estimular, criar linhas de crédito, buscar recursos internacionais, temos possibilidades reais de fazer esse crescimento acontecer nos próximos 10 anos e é aí a grande revolução do crescimento do Brasil”, enaltece.

Fávoro ainda reforça que para que esse crescimento aconteça, “onde temos um engenheiro agrônomo, teremos dois, onde temos um médico veterinário, precisaremos ter dois e onde há um trator, roçadeira, vamos precisar de dois”, tudo isso trabalhado com sustentabilidade, com respeito ao meio ambiente, com rastreabilidade e, com isso, o setor irá avançar e muito nos mercados internacionais mais exigentes. “Isso é a nova geopolítica brasileira. Quando dizem para prestarmos atenção um pouco na Ásia, Oriente Médio, não em detrimento à União Europeia e aos Estados Unidos. Acontece,

como diz muito bem o governador Ratinho Júnior (na abertura), União Europeia olha para o Brasil querendo impor o seu modelo de produção”.

Ele completa que a Ásia está na mesma pegada da sustentabilidade e mudança de matriz energética que o Brasil. Em relação ao poder do continente asiático, Fávoro chama a atenção para as placas elétricas “que são as mais competitivas do mundo”. “De onde vêm os carros elétricos mais competitivos do mundo? Da Ásia!”, assegura o ministro, destacando que é feito com o compromisso com a renovação energética e as mudanças climáticas, mas que não se deve impor restrição ao nosso modelo produtivo.

“É por aí então que caminha os nossos melhores parceiros. Se a Europa quiser, vai ter que nos respeitar. O nosso modelo produtivo progrediu, nós vamos respeitar o deles e eles vão respeitar o nosso, e continuaremos parceiros. Se não, tem a Ásia, tem a Índia, China, Japão, Oriente Médio, a África. Vamos cada vez mais fortalecer esses nossos parceiros”, enfatiza.

Fávoro ainda instiga uma reflexão: “o que significa boas práticas na agropecuária, o que significa ter rastreabilidade?”. Ele cita o setor do algodão e duas crises muito difíceis vividas pelo segmento no começo dos anos 2000. “Quem não se lembra, lá começo dos anos 2000, eu sou matogrossense, quando o ex-governador do estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, foi premiado com a “motosserra de ouro”, porque era um grande desmatador e o Mato Grosso era um grande desmatador. Três ou quatro anos depois, alguns produtores que ainda não tinham práticas adequadas de gerenciamento de pessoal, com os capinadores de algodão embaixo da lona preta, foram para na lista negra do trabalho escravo”, descreve o cenário, para acrescentar que “ao invés de reagir negativamente, de criticar, espernear, foram (o setor) fazer uma reflexão de como deveriam tocar os seus negócios, e começaram a implementar boas práticas no sistema do algodão brasileiro. Hoje, existe rastreabilidade, de dentro da fazenda para o magazine, por todo o processo você consegue ver. E qual o resultado disso? Incrível”.

Fávoro contextualiza que há 20 anos o mercado de algodão está estável no mundo. O consumo, acrescenta, também está estável. Claro, opina, isso por conta do uso cada vez mais frequente do avanço da tecnologia nas fibras sintéticas, “mais confortáveis”. E o Brasil, surpreende ele, nos últimos 20 anos avança a passos largos, crescendo cada vez mais na produção de algodão. “Onde está o segredo? O nosso tem rastreabilidade, estamos empurrando alguém para fora, quem não tem (rastreabilidade) estamos empurrando para fora, e o brasileiro está vendendo algodão para o mundo. Essa é a pegada, essa é a mensagem!”, destaca.

O ministro completa que é preciso incorporar isso também em outras cadeias produtivas. Ele exemplifica o café, que já está adotando, e a fruticultura, que faz muito bem. “Tive no fim de semana em Petrolina e Juazeiro, na Bahia, e em Pernambuco, espetacular a rastreabilidade, a garantia de todos os procedimentos, e o consumidor paga por isso. Temos que fazer isso com as nossas carnes, muitos já estão fazendo com competência, fazendo rastreabilidade bovina”, enaltece. Fávoro destaca que, com preservação ambiental, que os produtores já podem fazer também por meio da

rastreabilidade, e incremento de áreas produtivas, ninguém segura no Brasil, “pois nosso potencial é gigante”.

GABRIEL GARCIA CID, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE ZEBU (ABCZ)

Gabriel começa a sua apresentação enfatizando o seu orgulho em participar do Fórum “de inovação para o agronegócio brasileiro”. Destaca que o evento, que discute a produção e a conservação, é uma grande oportunidade, e agradece a todos envolvidos, em especial ao ex-presidente da Sociedade Rural do Paraná, Moacir Sgarioni, “que está junto comigo na associação, defendendo os interesses de todos os pecuaristas do Brasil”. O presidente da ABCZ diz que a agropecuária é uma das forças da produção brasileira e responde por cerca de 8% dos empregos do País. E a ABCZ, completa, faz parte dessa fatia e trabalha para ampliar a produção de carne e leite. “Somos uma associação de 104 anos de idade e representamos mais de 80% da genética do rebanho nacional. E somos uma das delegadas do MAPA (Ministério da Agricultura) para promover o registro genealógico. Está sempre amparada em práticas sustentáveis e incentivadoras de uma gestão eficiente, onde todo produtor consegue produzir mais e melhor, em menor espaço e menos tempo”, observa.

O presidente da ABCZ reforça que se ouve falar em agricultura de alta precisão, mas a partir de agora é preciso falar em pecuária de alta precisão. “A boa semente na agricultura é a genética, a genética é a boa semente na pecuária. Ao longo dos nossos 104 anos de história, somos mais de 24 mil associados, espalhados em todos os estados brasileiros, que impactam mais de cinco milhões de propriedades rurais, servindo a produtores de carne e leite do País. Nós, da ABCZ, carregamos a bandeira do melhoramento genético e da integração das cadeias produtivas porque reconhecemos que, unidos, somos capazes de chegar mais longe, quando o assunto é representatividade”, destaca.

Ainda sobre o papel da ABCZ, Garcia Cid revela que a entidade está preocupada com a educação e o futuro do setor e, por isso, reforça o papel da instituição na preparação dos formadores de opinião e na dedicação de incentivar e educar as novas gerações através de projetos como o “Zebu na Escola”, além do apoio às universidades. Segundo ele, são milhares de crianças e jovens que têm o apoio pedagógico e cultural da ABCZ, desmistificando a atividade agropecuária. “De mãos dadas com instituições de ensino como a Fazu, são oferecidos cursos de formação superior nas áreas de zootecnia, agronomia e veterinária, agronegócio e agrocomputação”, elenca Gabriel, destacando que essas instituições são frequentadas por alunos provenientes de todas as partes do Brasil e da América Latina.

O presidente da ABCZ completa que “entendem” que todos são responsáveis pelo cenário que se terá nos próximos anos. Por isso, assegura, a presença da entidade no campo é tão forte e o propósito, junto à pecuária nacional, é reconhecido. Cada canto do Brasil, pontua Gabriel, tem a atuação da ABCZ, através dos 23 escritórios técnicos regionais. Segundo ele, são mais de 100 técnicos de campo que levam, porteira adentro,

programas democráticos de melhoramento para garantir rebanhos sustentáveis, mais produtivos e lucrativos. “Nossos números revelam que a pecuária Zebuína é sinônimo de crescimento com mais de 14 milhões de animais registrados no nosso banco de dados. E a ABCZ lidera, iniciando em 2023, a frente das associações de bovinos do Brasil”, comemora, explicando que a frente tem na pauta assegurar e unir todas as entidades e associações detentoras de registro junto ao Mapa.

“Faço aqui o reconhecimento, assim como o nosso deputado Pedro Lupion (na abertura) fez ao nosso ministro (do Mapa), que tem sido uma ponte entre nós representantes e produtores e o governo. Temos tido um excelente atendimento e as nossas demandas estão sendo ouvidas”, agradece. Gabriel completa dizendo que “estão prontos para os desafios que já começaram, certos de que cada passo que avançam tem que ser feito com diálogo e com ação”.

SÉRGIO BORTOLOZZO, PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

Sérgio Bortolozzo destaca a importância do evento onde se discute pontos cruciais sobre tecnologia, cadeia produtiva, sustentabilidade, entre tantas outras coisas. Reforça que a tecnologia usada (hoje), é uma tecnologia já comprovada, que começou há 50 anos, quando foi fundada a Embrapa. E esse processo, homenageia Bortolozzo, teve também a participação do ex-ministro Alysson Paolinelli, que faleceu nesse ano, e que “foi uma figura marcante não só para o desenvolvimento brasileiro, mas também para o suprimento de alimentos no mundo e apoio aos produtores”.

“Produtores rurais, (cujo) o nome é esperança, uma vez que jogamos a semente, deixamos para que Deus a desenvolva, que germine, para que gere frutos.”, descreve o presidente da SRB. Avalia que em relação à tecnologia, acredita que o País é uma referência para o mundo. Na questão da sustentabilidade, pondera que o termo foi tomando uma dimensão “um pouco à deriva do que é de fato”. Sérgio complementa que sustentabilidade é um tripé: sustentabilidade econômica, ambiental e social. “E eu acho que o produtor brasileiro já faz a sustentabilidade como um todo”.

Ele afirma que a sustentabilidade ambiental o produtor já comprova “por meio do cumprimento de normas e leis que o obriga a fazer”. Sérgio exemplifica que hoje o plantio direto é um grande vetor de desenvolvimento, principalmente na sustentabilidade do produtor e do solo brasileiro. Não há dúvida também, acrescenta ele, sobre a sustentabilidade econômica do setor. “Geramos a balança comercial, qualquer balança comercial brasileira tem percentual de colaboração do nosso agro, é extremamente grande, isso prova que somos economicamente sustentáveis também”, frisa, acrescentando ainda o recolhimento de impostos.

Na questão social, para ver a contribuição do setor, Sérgio aponta que basta observar as regiões onde o agro é forte, os IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) são os melhores do Brasil. “Não temos nenhuma dúvida de que também somos sustentáveis (no social). Eu vejo que o mundo nos cobra, como aconteceu na semana passada quando eu estava numa reunião da ‘Farm’, em Montevideú. Percebo que temos que nos unir em relação a isso porque o mundo nos vê de uma forma um pouco diferente do que

realmente somos”, diz Sérgio, completando que o setor precisa mudar o processo de como o mundo olha para o País e começar essa mudança aqui dentro do Brasil.

“Nós temos um programa hoje que é liderado pela Letícia Jacir, que é o programa ‘De Olho no Material Escolar’, que mostra para a escola, para os nossos meninos, o que de fato o agro faz”, exemplifica e acrescenta que esse programa tem o apoio da SRB, “estamos semeando para que, no futuro, a nossa visão seja bem diferente da que é hoje”. O presidente da SRB destaca - também - o apoio do governo federal, com o presidente Lula. “O presidente, de fato, tem nos apoiado muito, principalmente com relação à situação que nos está sendo imposta pela União Europeia. Ele já declarou várias vezes que não concorda. Nós produtores também não concordamos e sabemos que é uma longa batalha”, completa.

Sérgio destaca que a União Europeia, além de uma grande parceira comercial, é também uma formadora de opinião global, “como também devemos fazer”. “E vejo que nós temos condições de ser os grandes fornecedores do mundo, tanto na área de suprimentos alimentares, como também na área de sequestro de carbono. E o que podemos fazer é abrir mercados porque podemos, de fato, aumentar nossas áreas”, garante ele. E diz que o ministro Fávoro, recentemente, fez uma viagem para a África e voltou com propostas de financiamento para recuperar pastagens degradadas. “Mas nós precisamos abrir mercados ministro, porque só aumentar a produção poderia trazer um problema interno para os produtores. Você vê que os preços das commodities já estão baixos por causa do excesso de oferta. Então, a luta, a atenção do ministro Fávoro é uma missão árdua”, reforça Sérgio, lembrando que se pode contar com o apoio da SRB.

SILVIA MARIA FONSECA SILVEIRA MASSRUHÁ – PRESIDENTE DA EMBRAPA

Silvia inicia sua apresentação elogiando o evento e lembrando que na região existe uma das primeiras unidades da Embrapa (Soja), que foi fundada em 1975, num momento oportuno, quando houve a geada no café e “a Embrapa já foi visionária para pensar na expansão da soja, de trazer do Sul do País e levar para o Cerrado, e sempre tivemos o apoio local”. Lembra ainda que no Paraná também está instalada a Embrapa Florestas. “A sustentabilidade sempre esteve no DNA da pesquisa agropecuária”, afirma Silvia.

Ela explica que, quando se fala em sustentabilidade, a exemplo do que o ministro Carlos Fávoro informou, sobre o crescimento da área implantada nos últimos 50 anos, a produção e produtividade aumentaram 580%, mostra que esse aumento (4 x a mais do que a expansão de área) está baseado em ciências e tecnologias. “Só para vocês terem uma ideia, sou pesquisadora da Embrapa há 34 anos e, em todos os projetos que a gente submete na Embrapa, trabalhamos em praticamente todas as cadeias produtivas, e literalmente a gente trabalha de A a Z, de açá a zebu, nas 43 unidades espalhadas pelo País todo, é preciso fazer uma avaliação do projeto sob o ponto de vista de impacto econômico, ambiental e social”, explica Silvia, frisando que estas três questões da sustentabilidade estão no DNA da entidade.

Mas, lembra ela, como o ministro também comentou, não se pode olhar só para trás, pelo retrovisor. Acrescenta, porém, que nessa pauta da agricultura e agropecuária

sustentável, nas três dimensões da sustentabilidade, o desafio são os dados, e informações, métricas e indicadores. “Falamos que é preciso melhorar a comunicação de que a nossa agropecuária é sustentável. Mas se não tivermos dados e informações com base científica, não conseguimos mostrar para o mundo todo o quanto a gente é sustentável nas três dimensões”, pontua a presidente da Embrapa.

A sustentabilidade é a primeira pauta da Embrapa, adianta ela. “Estamos trabalhando com os maiores especialistas da Embrapa, montamos grupos de trabalho, para ver como podemos levantar essas métricas de carbono, esses indicadores de sustentabilidade e assim: o que podemos entregar no primeiro, segundo e terceiro ano de pesquisa para que a gente possa ajudar o nosso País, o governo, a mostrar com dados e informações o quanto a nossa agropecuária é sustentável”.

Outro ponto destacado por Silvia é a questão da transição nutricional, “pois hoje há um novo consumidor muito mais preocupado com a nutrição, saúde, origem dos alimentos e transparência no processo de produção”. “A nova geração está muito mais preocupada com essa questão de transparência no processo de produção”, reforça. Para isso, a presidente da Embrapa apresenta que a rastreabilidade é outro trabalho que a instituição vem desenvolvendo. “Começamos com a cana e outras culturas e criamos o sistema brasileiro de agro rastreabilidade, para ter mais transparência no processo de produção.”

Silvia também abordou questões ligadas à transição energética, aliadas à segurança alimentar, segurança climática, condição energética, descarbonização das cadeias produtivas. “Estamos trabalhando com esses projetos dentro da Embrapa, com essas prioridades, além da questão da biodiversidade. Quando falamos em biodiversidade, partimos da biodiversidade lembrando sempre da Amazônia. Lá é, sim, muito importante porque temos uma biodiversidade, mas é importante também a gente fomentar as ações de sustentabilidade nos seis biomas brasileiros”, avisa. Ela acrescenta que a entidade tem essa preocupação, nas 43 unidades, dentro das cadeias produtivas, dos sistemas de produção, nas práticas mais sustentáveis.

A presidente da Embrapa afirma que nesses 50 anos de sucesso da agropecuária, nada foi feito sozinho, e acredita que é importante reconhecer isso, incluindo as universidades e os órgãos de pesquisas estaduais, a exemplo da Esalq e do Iapar (hoje IDR). O sistema de pesquisa agropecuária ajudou o País a se tornar forte. Silvia acrescenta que a parceria pública privada também faz parte de um ecossistema que, hoje, além desses atores, conta também com o apoio das startups, e reforça que o ecossistema de inovação agrícola precisa ser fortalecido, para que o Brasil possa manter o protagonismo na agricultura mundial e continuar a ser referência em agricultura tropical. A presidente da Embrapa aproveitou a fala e cumprimentou a todos os produtores rurais que estavam presentes. “O que fez a Embrapa e a nossa agropecuária avançar foram os cinco milhões de produtores rurais”, garante.

Silvia afirma que a credulidade dos produtores na ciência e a vontade de inovar fez e faz a diferença. Ela diz que quando a questionam sobre o quanto de tecnologia a Embrapa

tem para o agro empresarial ou para a agricultura familiar, costuma ressaltar que a entidade trabalha com cinco milhões de produtores, é uma empresa de destaque, que está no mercado há 50 anos, que trabalha com produtos de A a Z. “No Norte do País, por exemplo, trabalhamos com sistemas agroflorestais, no Nordeste com apicultura e feijão-caupi. O ministro (Fávaro) esteve lá na Embrapa Semiárido, que é um exemplo na área de fruticultura, que levamos do Sul para desenvolver a uva de mesa lá no semiárido e o vinho virou, inclusive, referência em missões internacionais”, observa ela, destacando ainda ações no Centro-Oeste, com o avanço na integração lavoura-pecuária-floresta.

A presidente da Embrapa resalta a importância de trabalhar com inclusão socioprodutiva, com pequenos e médios produtores. “Temos o desafio de ajudar a diminuir essa desigualdade – do pequeno e médio produtor –, trazer novas tecnologias. Eles precisam entender como uma tecnologia digital pode ajudá-los a reduzir custos, melhorar a gestão da propriedade ou até mesmo trazer um selo de sustentabilidade”, descreve. Silvia afirma também que a Embrapa tem projeto nessa área, com 10 pilotos espalhados em todo o Brasil, justamente para melhorar essa inclusão digital do pequeno e médio produtor e ajudar nessa questão da conectividade.

Sobre isso, completa ela, a discussão sobre conectividade é muito importante porque acaba sendo habilitadora para melhorar a questão de novas tecnologias para o pequeno e médio produtor. “Nosso desafio é muito grande porque, além de tudo isso, a gente tem que avançar em ciência e tecnologia, em biotecnologia, nanotecnologia, automação, agricultura de precisão, digital. Então temos aí o desafio de avançar de forma transversal para várias cadeias produtivas e para vários sistemas de produção”. Ela pontua que a Embrapa tem esse compromisso, pois como uma empresa pública, pode ser um grande facilitador desse ecossistema de inovação agrícola.

THAÍS MARIA FERREIRA – DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ (ESALQ-USP)

Thais começa a sua fala lembrando que costuma perguntar aos alunos: A agricultura e os alimentos definiram os rumos da humanidade? Alguns, segundo ela, ficam pensando e, no final, todo mundo chega à conclusão que sim. Porém, na sua avaliação, é muito mais do que isso: A agricultura definiu a civilização como é conhecida hoje e a produção de alimentos sempre teve um papel de transformação social ao longo da história da humanidade e continua tendo.

O Brasil, comenta, é referência mundial em agricultura tropical e sustentável. E é importante atribuir esse sucesso a muito esforço por parte da academia, da Embrapa, dos produtores, e não simplesmente por causa de um clima bom ou uma terra fértil. “Pelo contrário, tivemos que enfrentar doenças e instabilidades que os continentes de clima temperado não tiveram. Somos referência em agricultura tropical sustentável, mas isso não veio à toa, não foi uma bênção. É muito trabalho, muito esforço”, observa.

Hoje, afirma a diretora da ESALQ, o agronegócio representa 27% do PIB brasileiro, com melhoramento e participação de várias cadeias produtivas. Esse resultado, explica, veio

da Secom, que é um centro de estudos de pesquisa e economia da Esalq/USP. “São dados que usamos diariamente, inclusive para o Paraná, incluindo as cadeias tradicionais, levantando dados, um trabalho árduo e intenso de ligar para produtor, fornecedor de insumos, compradores, clientes, para conseguir mapear todas as cadeias produtivas, inclusive aquelas mais capilarizadas e diversificadas, a exemplo das frutas e tilápia”, comenta Thaís, lembrando que o Paraná é o principal produtor de tilápia do País.

De todas essas matérias-primas agropecuárias, Thais afirma que 60% são destinadas à indústria e ao processamento. “Muito além de aumentar a produtividade, é necessário aumentar a agregação de valor dos nossos produtos pela transformação dos alimentos. Nós temos espaço para isso, muito espaço. E o processamento entra como algo importante e, muitas vezes, é colocado como vilão, quando na verdade é a solução: para aumentar a vida útil dos produtos, transportá-los e garantir o seu acesso até as regiões mais remotas, principalmente nesse momento em que a segurança alimentar ganha os olhares do mundo inteiro.

O papel do setor, acrescenta Thaís, também é garantir o acesso a esses alimentos, com segurança e qualidade, a toda população do Brasil e do exterior. Muito mais do que aumentar a produtividade, assegura, é preciso ter um olhar atento para a redução do desperdício. “Esse é um tema que, em um ambiente como esse, onde há uma massa crítica tão importante, que vai decidir o futuro do País, é necessário ter uma análise de desperdício tanto na cadeia de produção, quanto na de alimentos processados”, comenta a diretora da ESALQ, lembrando novamente que, nesse sentido, o processamento acaba sendo uma solução melhor e não um vilão para que o alimento consiga chegar aos números necessários para alimentar a população brasileira e a do mundo.

Sobre o papel da ESALQ-USP, a diretora destaca os 122 anos de fundação da ESALQ, que representa quase 50% da área de superfície da Universidade de São Paulo. “Temos as estações experimentais de onde saem muitos resultados de pesquisas que estão influenciando a sociedade e o setor produtivo”. A USP, acrescenta ela, foi ranqueada entre as cinco principais do mundo, num ranking que mede, além de artigos publicados, a qualidade do ensino por meio da avaliação da reputação acadêmica e dos colaboradores, índices de sustentabilidade social e ambiental no campus, qualidade de vida dos alunos, e outros. Ao longo dos anos, inclui, a instituição já formou mais de 17 mil alunos somente na graduação, vários profissionais – engenheiros agrônomos, economistas, administradores, biólogos -, que trabalham nessas variadas cadeias produtivas.

Thaís sinaliza que o Paraná tem um grande papel de indicar a melhor referência possível para que (o País) tenha aquele produtor que se baseia nos trabalhos de sustentabilidade, gera emprego e renda, produz alimentos saudáveis, agrega valor. “Esse é o caminho para o setor não “apanhar” tanto quanto vem apanhando na mídia”. A diretora da ESALQ completa que, na instituição, além de fazer a formação de alunos para a atividade fim, isso é feito com pesquisa e inovação. Ela expõe algumas ações integrativas e que

envolve não somente outras universidades, instituições como a Embrapa, associações de grandes projetos que são mais transversais, entre eles o INCT (Índice Nacional de Ciência e Tecnologia) em bioinsumos inovadores, em semioquímicos, o de combate à fome.

Cita ainda um centro de estudos de carbono. “É uma grande rede, o programa Cepid, apoiado pela Fapesp, que vai nos permitir ter métricas e definir quais são os parâmetros para que a gente realmente possa recompensar os produtores rurais a irem muito além da simples mitigação do CO2 na atmosfera da agricultura, principalmente a agricultura tropical, que representa esse grande potencial não só de reduzir ou eliminar as emissões, mas também de sequestrar carbono no solo, contribuindo, assim, para a redução dos impactos ambientais”, exemplifica. Thaís completa que suas linhas de pesquisa vão agregar na interação com a sociedade.

Ela finaliza dizendo que o que colocou explica bem a importância de pensar em sustentabilidade, mas como integração, e o papel da universidade. Thaís acrescenta que, como universidade pública, precisa dar respostas aos problemas do País e continuar fazendo com que ele cresça.

LUIZ CARLOS CORRÊA DE CARVALHO – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG)

De forma online, Luiz Carlos (Caio, como é chamado) começa a sua palestra dizendo que nesses 50 anos o Brasil passou de importador para o terceiro maior exportador de proteínas, carboidratos, petróleo, gás natural, entre outros. Em todos os produtos, frisa, foram feitas a revolução verde, “mais verde do que outras revoluções verdes”. Citando que “nossos produtos” representam um “share” de cerca de 7 a 8% no mercado internacional, não sendo tão grande. Lembra ainda que o País tem trabalhado no modelo de recuperação de solos degradados, de pastagem degradada para uma expansão extraordinária.

Luiz acrescenta que o protagonismo brasileiro se faz de uma forma impressionante não apenas na produção, mas na pegada de carbono, na bioeconomia. A visão do País, segundo ele, é de que a bioeconomia vai, de fato, integrar a agricultura, tornando-as partes do mesmo processo de desenvolvimento econômico que o Brasil precisa. Segundo ele, o protagonismo está em nossas ações internas, citando que na ‘mesa’ tem representantes na área de P&D, plano de inovação, a sociedade produtiva representada nos investimentos. Cita as ações externas, a luta por novos recursos comerciais, por refazer a Organização Mundial do Comércio, essencial para o Brasil, dada as novas realidades vividas, mudanças processuais. É essencial, acrescenta, que “as nossas narrativas sejam feitas e trabalhadas para liderar esse processo (de mudanças) com protagonismo”.

Ele completa que isso traz uma oportunidade para o Brasil, pois acredita estar havendo “um alinhamento dos astros”, nas transições energéticas, descarbonização. O País, por sua vez, carrega uma oportunidade enorme na agroecologia, na bioeconomia, atuando de forma excelente nas grandes questões que dominam o mundo hoje. Entre elas,

pontua, as mudanças climáticas, na questão da descarbonização. Outra é a questão da segurança alimentar, citando a insegurança alimentar e energética. Caio destaca ainda a enorme competitividade do País com a integração lavoura-pecuária-floresta.

E cita o trabalho da Cocamar (na presença do presidente Luiz Lourenço), para ele um exemplo do Paraná, além do competente trabalho do cooperativismo paranaense. “Temos que, cada vez mais, aumentar essa integração LPF, adicionar à questão da energia e do carbono. São dois produtos essenciais, integrados, por isso as políticas públicas são essenciais”, diz.

Para ele, há muito o que fazer na questão da certificação, da rastreabilidade, dos acordos comerciais - não só com nosso País, mas com os novos blocos, nessa nova fragmentação geopolítica que está sendo vivenciada.

O presidente da ABAG completa que é preciso melhorar muito as relações público-privadas e também a necessidade constante de incluir cada vez mais o pequeno e médio produtor (as cooperativas, segundo ele, são fundamentais). Caio acrescenta que todos esses pontos que foram comentados “trazem uma essencial condição protagonista ao País, não só pelas terras agricultáveis que temos, pelo mundo tropical que nos permite de duas a três safras, pela biodiversidade espetacular do Brasil, no momento em que há uma deterioração das regras multilaterais”. “Temos que viver isso, participar dessa logística global”, finaliza.

PAINEL 2 – “RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES: FORTALECER DO LOCAL PARA O GLOBAL”

MODERADOR: CASSIANO RIBEIRO – JORNALISTA E EDITOR DO GLOBO RURAL

O moderador cumprimentou a todos, apresentou os participantes da mesa-redonda e na sequência já deu início ao debate.

NORBERTO ORTIGARA – SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ

“Ser resiliente é pegar e fazer, simples assim. É tentar superar obstáculos e dificuldades que se impõe o tempo todo ao principal negócio do Brasil e particularmente do Paraná”, afirmou Ortigara logo no início de sua fala.

Segundo ele, as pessoas são tentadas sempre a pensar em grandes culturas, como soja e milho, mas o Brasil participa em cerca de 40 cadeias do agronegócio com destaque e relevância, sendo primeiro, segundo e terceiro produtor e também primeiro, segundo e terceiro exportador. “Esse é verdadeiramente o nosso negócio. Não tem mais espaço para empirismo. Quem fala isso é quem vive esse movimento há mais de 50, 60 anos”, destaca.

Segundo ele, é preciso fazer tudo para engrandecer o que “é muito caro para gente”. Construiu-se um setor dinâmico, de ponta, que ainda tem espaço para crescer, melhorar e aperfeiçoar. “Quer uma prova? Do empirismo do conhecimento rudimentar para a ciência. O que explica nosso resultado hoje em dia, pessoal? Quem explica é o conhecimento aplicado. A cada quatro quilos de frango que a gente coloca na mesa do mundo, três têm a ver com ciência e conhecimento. Ah, o trabalho, a força bruta não é mais importante? As duas coisas são, a inteligência e a força humana e a terra continuam sendo relevantes e devem ser tratadas com muito respeito e carinho”, salienta o secretário.

E frisa que o Fórum trata de um tema relevante e que é a base do negócio do Estado: Comida para o mundo, saúde, nutrição. Respeitando, segundo ele, tradições, velhas tradições, mas olhando com carinho aquilo que foi dito de manhã sobre o consumidor do futuro. E questionou como se chega a esse consumidor do futuro com qualidade.

“Com capacidade competitiva. Tentando reduzir o esforço humano. Eu já fiz muita força, pessoal, não quero mais para mim. Então, tudo o que vem na nova mecanização, na assertividade da diligência artificial do algoritmo, que vem colaborar com a gente e faça mais com menos recurso do bolso ou da natureza, qualifica o nosso negócio.”, conclui.

Ele lembra que começou sua apresentação dizendo que o País é bom em um monte de coisas, não só soja e milho, que tem 40 cadeias de valor e, no Paraná, enaltece o secretário, são 350 itens de produção na “roça”, da folhinha do tempero, do chá, da planta aromática à grande cultura, ocupando 29% do território do Estado – com a cana 33% -, um estado que não tem 20 milhões de hectares. “Se a gente quiser continuar sendo relevante nesse mundo, precisa fazer bem-feito”, diz. E reclama que é preciso

tratar no foro adequado questões como protecionismo, do qual “nos acusam”. E frisa que uma estratégia adequada é utilizar a comunicação para superação desses problemas.

Sobre o modelo de produção neste momento no Estado, lamenta vender 95 milhões de toneladas de soja em grão para o mundo e diz que “não é louco de proibir isso”, mas como economia “a gente deve trabalhar muito para processar, miniprocessar, processar intensivamente e colocar o produto ‘à feição’ do consumidor”. “Se a família japonesa, pequena, quer duas tulipinhas numa bandejinha, a gente tem que agregar valor aqui (no País)”, exemplifica o secretário, reforçando que “dói” exportar milhões de toneladas de grãos, com baixo valor agregado, quando poderia estar gerando aqui riqueza, oportunidade, emprego, renda, movimento econômico e dinamizando a economia local.

Mais cedo, ressalta Ortigara, foi dito que o Estado é o berço da agricultura sustentável do Brasil, o Norte do Paraná. Foi na região, lembra ele, que nasceu o Plantio Direto, uma prática difundida no mundo todo, especialmente no mundo tropical e subtropical. “Mas plantio direto meia boca não resolve, tem que ser de qualidade. Tem que tratar de guardar e usar a água com qualidade, plantas de cobertura de alto nível, matéria orgânica, pino. Não devemos ter erosão e compactação”, alerta o secretário de agricultura. Ainda, pondera a necessidade de voltar para uma agricultura mais regenerativa e natural, pois o solo que é físico e quimicamente bem resolvido pode resultar em evolução, contribuir para a qualidade e aumento da produtividade.

“Enxergo um futuro brilhante se a gente não errar o tom da política agrícola”, avalia Ortigara, enfatizando que para este ano estão previstas cerca de 320 milhões de toneladas na safra brasileira, mas “facinho, facinho” alcançará os 400 milhões. O mesmo crescimento para a proteína animal.

Segundo ele, não se vê as outras coisas todas que a agricultura produz, como erva-mate, café, os sucos todos (que nesse momento, por restrições sanitárias, ganha preço), açúcar, etanol, biocombustíveis, etc. “Tudo faz parte do movimento. Uma parte não é comida diretamente, mas vai comer de qualquer jeito”. Não dá mais, reclama Ortigara, para jogar fora recursos como se faz com os dejetos porque “poucos espaços no mundo têm condições de produzir biomassa todos os dias como nós temos, poucos têm esse ‘solão’ que dá para produzir energia”. Processos resilientes na roça e na agroindústria, explica. “Então, se a gente entender o mundo e se posicionar corretamente nos foros adequados, teremos um espaço fantástico para vender a nossa produção”.

Tamanho da oferta se tem, qualidade também. “Sanidade pouco a pouco vamos nos livrando de ‘tranqueiragens’ - tinha uma, logo vem outra, mas a gente aprende a conviver, a superar através de manejos adequados. Porque faz parte do nosso governo produzir de forma sustentável. Porque faz bem para o nosso negócio produzir de forma sustentável e é o nosso desafio permanente de agora para sempre.”

GUILHERME SORIA BASTOS – COORDENADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO DA FGV (FGV AGRO)

Guilherme inicia sua apresentação lembrando que o Brasil é uma potência ambiental, que se fala muito sobre isso e que o País saber fazer. Enaltece, por exemplo, o Plantio Direto, sistema produtivo já falado por outros ao longo do Fórum. Mas pondera que existe um problema basal nesse processo: os dados. “E aqui eu quero engrossar o coro da Silvia, presidente da Embrapa, que fala da necessidade que temos de avançar nesse ponto e trazer dados para a sociedade”, reforça o representante da FGV.

Ele exemplifica dizendo que foi checar exatamente os dados sobre o plantio direto, na Federação Brasileira, e as últimas informações são de 2018. “Como é que queremos dizer que somos resilientes, que estamos fazendo a nossa parte, se não conseguimos mostrar? Então acho que esse é o primeiro ponto que a gente precisa trabalhar”, ressalta ele.

Segundo Guilherme, é sabido que a Embrapa e outras organizações estaduais de pesquisa têm um papel enorme nesse ponto, mas isso precisa convergir por uma estrutura que é o Ministério da Agricultura. E lembra que o ministério, com o apoio da CNA, trabalha há um ano no “observatório da agropecuária”. É incrível, lamenta ele, pensar que se “entra” num país e essas informações estão tão difusas.

Há um tempo, diz, tentou-se fazer uma organização em termos de estatísticas, com Conab e ministério. “É importante essa agenda continuar, senão perderemos exatamente todo o ponto do que queremos mostrar em termos de sustentabilidade da nossa atividade agropecuária”, cobra o representante da FGV, lembrando que não se trata de dados apenas do Plantio Direto, mas também do ILPF (integração lavoura-pecuária-floresta) – que tem a própria rede, mas que as estatísticas precisam passar, ser divulgadas pelo próprio Mapa. “Mas isso precisa, realmente, ser incorporado nas políticas públicas”.

Outro segmento, cita Guilherme, é o de tratamento de dejetos, um dos pontos importantes do Plano ABC+, os desafios para 2030 e o quanto isso vai gerar de redução de emissão de carbono, “mas, de novo, onde estão agregadas essas estatísticas no Brasil?”

É a partir dessas informações básicas que será possível preparar a comunicação e se preparar para as futuras “Cops” (Conferência das Partes) que estão vindo para o Brasil. “Eu diria que esse é um ponto fundamental e precisamos olhar com carinho e com muita técnica para que a gente possa avançar”, afirma. E, pensando em cima de novos desafios para se promover a resiliência, é preciso integrar ainda dados meteorológicos, os zoneamentos agrícolas de risco climático, para preparar os produtores para tomadas de decisão e até pensando na contratação do seguro rural, “outra política basal que precisa para fomentar a resiliência dos nossos sistemas e pensando em todo esse momento de mudança climática que vivemos”, avalia.

Guilherme conta que na Fundação Getúlio Vargas há um olhar para esse tema. A entidade tem um observatório da bioeconomia, com uma equipe que está devotada ali em quatro grandes temas, entre eles as métricas de emissões de carbono e economicidade. “Foi feito um grande trabalho sobre a questão das pastagens degradadas

no Brasil, o quanto precisaria de recursos para poder atingir em 2030 em torno de 30 milhões de hectares de pastagens recuperadas. Temos na equipe a questão regulatória, olhando exatamente todas as nuances do mercado de carbono regular, se manifestando em relação ao que está sendo pautado, sabendo o que é importante, mas tomando cuidado para que o setor agropecuário não seja penalizado, e sim incentivado cada vez mais e que possa contribuir nessa questão climática. E o setor, entendendo exatamente as métricas, das calculadoras que são aperfeiçoadas com base nos estudos e pesquisas, pode ser até credor”, avalia Guilherme.

Ele finaliza frisando que é preciso trazer os investimentos necessários para que os produtores continuem adotando essas práticas e sejam estimulados para isso. E com isso, acredita, o Brasil vai continuar na liderança das exportações. Então, olhando para esses principais pontos, acrescenta o representante da FGV Agro, será possível mostrar para o mundo o que somos, ao que viemos e fortalecer essa importante agricultura tropical. “Nosso desafio é a integração das pesquisas, todas essas informações convergindo no Ministério da Agricultura”

DANIEL BALABAN – DIRETOR DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME E REPRESENTANTE DO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL

Daniel inicia sua fala perguntando se alguém sabe o que significa o Programa Mundial de Alimentos e constata que poucos sabem. E explica que se trata da maior agência humanitária das Nações Unidas, maior que Unicef, que a FAO (mãe de todas as agências humanitárias de agricultura). O PMA, segundo ele, alimenta 180 milhões de pessoas todos os dias. “Para você alimentar 180 milhões de pessoas todos os dias no planeta você precisa de quê? De alimentos. E o PMA é um dos maiores compradores de alimentos do planeta. Sabe quanto o Brasil vende para o programa? Apenas 0,04% no total”, lamenta Daniel.

“Nossos produtores não têm a mínima noção, as nossas cooperativas não têm a mínima noção. Descobri há pouco tempo, quando estava falando em um fórum internacional, que o PMA tem muito alimento brasileiro a comprar, mas sabe de quem está comprando esse alimento brasileiro? De uma empresa turca, que comprou alimentos aqui e revendeu ao PMA e ainda conseguiu pagar por um preço menor. Qual o preço pagou pelo nosso alimento aqui para ainda conseguir ganhar um leilão?”, diz Daniel. Para ele isso é injustificável.

Segundo o representante do PMA, são orçamentos gigantescos e está na hora do Brasil participar. E destaca que, nesse momento, com o conflito na Ucrânia (Ucrânia e Rússia fornecem muitos alimentos, principalmente para o norte da África) houve uma quebra e os alimentos aumentaram de preço e Brasil tem alimentos, mas não participa dos leilões. Daniel diz que para mudanças é preciso conhecimento e conta que junto com a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) está fazendo uma espécie de treinamento com o objetivo de mostrar como fazer para que os produtores brasileiros participem fornecendo alimentos ao PMA. Vai ser no dia 25 de

outubro e acredita que a APEX fará um chamamento. A Conab também está participando. E depois, acrescenta ele, serão feitas várias viagens pelo País para mostrar como participar dos leilões. “É um mercado que o Brasil está perdendo por desconhecimento.”

Para ilustrar o tamanho do PMA, Daniel cita que o programa tem hoje milhares de navios, repletos de alimentos que podem ser desviados para qualquer parte do planeta, na qual tenha algum desastre climático. Por uma questão logística, explica, tem que chegar em cinco horas depois de ocorrido o incidente. Então, atuam monitorando furacões, ciclones, terremotos para estarem preparados e poderem chegar rapidamente.

“É a agência que está onde tem problema, a única que hoje está dentro da Ucrânia, na guerra, levando alimentos para as pessoas que estão lá no meio, levando a bomba na cabeça. Tem gente precisando de comida, de água, de abrigo. Somente um núcleo de refugiados do PMA tem mais de 1 milhão de pessoas. Conseguem imaginar um milhão de refugiados, em barracas? Uma Londrina e meia. E lá precisa ter tudo: segurança, educação”, revela o representante do PMA.

Na sua opinião, é importante e está na hora do Brasil, inclusive pela sua presença internacional, “sair do casulo” e entender o que acontece no mundo e entender que pode ter um papel mais preponderante. Lamenta ainda que nos fóruns internacionais dos quais participa fica envergonhado porque só “batem” no Brasil e não tem ninguém lá para defender. Como representante da ONU, não pode fazer isso. Mas reclama que quem deveria sair em defesa são os diplomatas, mas não há representantes nesses lugares.

Segundo ele, não se pode negar o que existe, dizer que não há desmatamento ou que o satélite está errado. É preciso aparecer para dizer que o Brasil trabalha em busca de soluções para os problemas, estar dentro do debate, conversando com as pessoas e mostrando o lado brasileiro. “Por que não participam desses fóruns, por que vocês não estão presentes o tempo todo? Não adianta ficar aqui chorando, se achando o patinho feio. Vão lá falar, se defender, mostrar as coisas boas que o Brasil faz”, convoca Daniel. Ele diz que tem viajado pelo País e visto o quanto de coisa interessante é feita aqui, que “o Brasil faz muito mais do que a maioria dos outros países”.

E ressalta que não se pode perder as oportunidades de mostrar o que está acontecendo de bom no dia a dia do agronegócio. “Quero ver o Brasil alimentando as pessoas que realmente estão passando fome no mundo, sendo fornecedor do PMA. Está na hora de colocar o Brasil no pacote”, finaliza.

BRUNO LUCCHI – DIRETOR NA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

Bruno traz logo no início a reflexão sobre como se criar um sistema sustentável da fazenda ao prato. Da fazenda, acredita ele, talvez seja fácil responder porque é possível ver as tecnologias que se tem, todo o avanço, toda a contribuição da Embrapa desde a

década de 1970, com a tecnologia de “tropicalização” da agricultura mundial. “Acho que o grande desafio é chegar até o prato.”, observa o diretor da CNA, citando a dificuldade de ter dados, informações.

Quando se fala em desmatamento todo mundo olha para o setor e, sim, tem problemas. Mas é preciso pensar, segundo ele, se esse desmatamento é legal, ilegal ou, uma terceira categoria, irregular. “Irregular é o cara que abriu antes de 2008 e hoje o governo não conseguiu fazer a análise do CAR dele pra ele poder cumprir o passivo e fazer o PRA”, observa Bruno, lembrando que o Brasil é diverso em “instrumentos” e até para falar de tratamento tem uma variedade gigantesca.

Ele reforça que existe sim o desmatamento ilegal, que não discute. E isso, opina ele, o setor tem que ter coragem de assumir, inclusive a mídia que “prefere lá fora dizer sobre a moratória da soja”. Mas diz que essa soja (produzida em uma determinada área da Amazônia), o gado brasileiro, por exemplo, deveriam ser os mais caros do mundo porque é mais sustentável. “A gente produz em metade da área e preserva o resto, qual país faz isso, com a tecnologia e produtividade que nós temos?”. Isso é uma vantagem que a agroindústria usa, tem um diferencial ambiental. E segundo ele, “não é vergonha” colocar esses pontos. Hoje, pontua, o produtor fica sozinho tentando se defender.

Concorda com o do Daniel (do PMA), que colocou sobre a representatividade do Brasil lá fora e diz que “precisamos falar bem melhor do nosso setor”. Reclama sobre a falta de conexão com toda a cadeia, estando uma hora o produtor sozinho, “em outra a indústria mudando o discurso e abrindo luz para captar recursos e emprestar para o Brasil com uma taxa diferenciada”. Pontua que todo o setor até o consumidor final tem que assumir os problemas, mas lembrar que se tem muitas vantagens também.

“Me mostre um país com mais qualidade que o Brasil? É correto ir para fora e falar só de defeito? É isso que o Brasil faz. Na COP tem brasileiros detonando o sistema produtivo brasileiro, pegando a exceção, e é pela exceção que a gente apanha. E o resto do mundo tem muito mais problemas que a gente, mas não vão lá expor os problemas, vão vender as coisas boas. Já cansei de ver a Irlanda colocando que o gado deles é mais feliz porque vive no pasto cinco meses no ano. O nosso, então, deve morrer de alegria, porque são 12 meses no pasto”, compara Bruno.

E lamenta que são brasileiros que vão lá fora falar mal do nosso sistema produtivo. Falar das exceções. “E não daquilo que realmente nós temos de bom, apesar de não termos números com exatidão que comprovem todo o avanço”.

Outro ponto que, segundo ele, o agro precisa se apropriar mais é a questão da energia. Enquanto a matriz energética mundial tem 15% de energia renovável nós temos 44%, desses 44%, cerca de 68% é bioenergia, biocombustível. “E nós não estamos nesse debate”. O mundo tem criado a inflação verde, no intuito de forçar uma transformação de consciência ecológica, “a partir de agora acaba com a energia derivada de fósseis, vamos usar só a limpa e aí vem uma guerra da Ucrânia e Rússia e o modelo de energia é prejudicado e tiveram que cortar um monte de árvore para suprir a demanda”.

O diretor da CNA, destaca o papel da ciência para orientar sobre como o mundo deve fazer para ter segurança alimentar no meio desse clima que está mudando. “Não é achismo, protecionismo, nem países que têm um consumo exorbitante de alimentos querendo impor seu modo de viver para o resto do mundo. É preciso pensar em um modelo que caminhe para se ter uma produção realmente sustentável e garanta segurança alimentar”, reitera.

Reforça ainda que o Brasil precisa aprender a se defender e negociar. Reclama da discussão sobre a lei do desmatamento da União Europeia e diz que é preciso levar isso para uma discussão na OMC, sob risco de travar países como o Brasil.

Para ele, é preciso criar dentro do Brasil “algo de orgulho nacional que é o Agro”. “Não é só sobre sua importância no PIB, no emprego, valor bruto da produção, nas divisas de exportação, mas o agro desenvolveu o interior do País, aumentou IDH aonde o governo não chega, criou regiões como o Oeste da Bahia”.

Para isso, acrescenta Bruno, é preciso trabalhar a comunicação interna, de melhoria para as crianças nas nossas escolas, para ser possível chegar no mercado internacional com uma postura de potência agrícola.

MARCELO JANENE EL-KADRE – PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ

Marcelo inicia sua fala corroborando o que os parceiros do painel trouxeram antes, de que o Brasil é muito bom no que faz e diz “acreditar que o maior inimigo do Brasil é o próprio brasileiro”. Segundo ele, parece que existe um prazer em falar mal do que é feito aqui. Elogia ações como a de hoje, do Fórum, e diz que precisa repetir mais vezes.

“Temos que falar o que sabemos fazer, divulgar o que a gente sabe fazer e fazer bem”, pontua o presidente da SRP, destacando que o País tem condições favoráveis de clima, áreas extensas, áreas degradadas que podem ser tratadas e melhoradas sem que seja desmatado nenhum metro. “Temos tudo a nosso favor, principalmente o produtor brasileiro, que não se encontra no mundo inteiro.”

Lembrando do tema da conversa, sobre resiliência, reforça que o País é muito competente de fazer, produzir e distribuir.

Fala sobre as instabilidades climáticas e lembra a citação por alguns painelistas sobre a geração de energia, as fósseis, queima de carvão, de coco, gás, petróleo, e pontua que isso está passando, não é mais normal, atual. O Brasil é hoje, enumera Marcelo, o líder em energias renováveis, girando em torno de 48%, enquanto o resto (do mundo) registra 15%. A indústria, o desmatamento e o transporte desses materiais fósseis é o que trazem o grande problema que se observa hoje no Brasil, como as chuvas no Rio Grande do Sul. E essas mudanças climáticas, alerta Marcelo, podem reduzir em até 17% a produção de alimento.

“Então precisamos ficar muito atentos aos programas ABC, o Integração-lavoura-pecuária-floresta. Isso aí é uma preocupação do brasileiro que faz muito bem-feito e que precisa ter reconhecimento. É preciso divulgar porque às vezes falta conhecimento, hoje

o que estamos fazendo aqui é importante por causa disso, estamos divulgando o que temos para fazer, a lição de casa que temos que executar. E isso é muito importante para acabar com a degradação e poluição ambiental”, comenta o presidente da Rural, frisando que o Brasil emite só 3% de CO2, enquanto a média do planeta é 15%.

Outra situação importante, acrescenta ele, é em relação à perda da biodiversidade, de vários vegetais, do ecossistema, que está num ritmo acelerado de degradação. “A biodiversidade oferece água, oferece melhor qualidade de solo, não podemos estragar isso, não temos esse direito porque a agricultura e a pecuárias não são descartáveis.”

Aborda também a questão da fome e do desperdício de alimentos no Brasil e no mundo, que “beira o absurdo”. Em 2019, lembra Marcelo, dados da ONU mostraram que o mundo registrou o desperdício de cerca de 930 milhões de toneladas de alimentos, sendo 61% dos lares, 26% dos bares e restaurantes e 13% do varejo. O Brasil acrescenta Marcelo, registrou perda de 42,5% de produtos não perecíveis. E sugere uma revisão a respeito das datas de validade dos produtos porque se trata de uma perda muito alta e talvez parte desses alimentos ainda estivessem aptos para o consumo.

Outra coisa importante que acontece no mundo hoje, pontua o presidente da Rural, são as disparidades sociais, de valores, de cultura, educação. E essa desinformação reflete no uso excessivo de herbicidas, pesticidas, prejudicando água, solo e alimentos. Então a informação, considera ele, é muito importante nessa situação.

“E no que somos muito bons e resolvemos aqui?”, chama para a reflexão o presidente da SRP, respondendo que em soluções no desenvolvimento de redes alimentares e resilientes ao tempo e buscando suas transformações. Aqui foi falado, acrescenta Marcelo, sobre investimento para o setor. E é preciso “arrumar dinheiro não para o banco ganhar, mas sim para o produtor produzir”. Isso é fundamental, segundo ele, para começar a agir com mais respeito ao outro, à natureza. É preciso ter condições de produzir um bem com menor custo e maior valor agregado à profissão.

Cita a adoção de tecnologias e políticas para o gerenciamento de riscos iniciais e emergentes, destacando que a SRP se preocupa muito com essa área e tem hoje em aceleração 26 startups, justamente para viabilizar ao produtor rural essa tecnologia, para prestar serviço ao produtor rural, “essa é a nossa obrigação”. Capacitação e informação são fundamentais. Marcelo pontua que junto com o governo do Estado estão pensando em um projeto para a implantação de um colégio agrícola em Londrina, com tecnologia. Lembra que a agronomia de 30 anos atrás já não está funcionando mais. “Temos que focar nisso, levar capacitação e informação, acesso ao crédito, ao pequeno e médio produtor porque o grande tem mais facilidade para isso.”

Pontua ainda a importância da pesquisa nesse processo, citando todo o legado da Embrapa. “Por tudo o que fizeram para o Brasil, acho que tinha que ter um ‘Ordem, Progresso e Embrapa’ (na bandeira)”. E reforça que se hoje, no Fórum, é possível discutir, debater, aprender, é graças à pesquisa.

Ainda, reforça a importância da integração das cadeias produtivas: produzir, distribuir, colocar no mercado, exportar. É importante produzir o que o mundo precisa, finaliza, mas tendo a certeza de que o Brasil é muito bom no que faz.

ALEXANDRE NOVACHI, DIRETOR DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E CIENTÍFICOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (ABIA)

Alexandre começa a sua apresentação destacando que, do ponto da indústria, o sistema é tão resiliente e sustentável quanto todo elo dessa cadeia. A indústria de alimento no Brasil, em 2022, gerou o primeiro R\$ 1 trilhão de faturamento. Atualmente, conta ele, são 38 mil indústrias que processam por volta de 60% do que o agro produz: processa, transforma, agrega valor. Gera cerca de 1,9 milhão de empregos diretos, formais. E produz próximo de 250 milhões de toneladas de alimentos.

O diretor da ABIA observa que não se trata apenas de produzir, mas de gerar segurança alimentar. “Quando falamos sobre direito à alimentação, estamos falando do quê? Que todo ser humano tem direito a uma alimentação segura, saudável e em quantidade. Se não é seguro, ele não cumpre com a sua função. A indústria de alimentos, por sua vez, tem no seu DNA levar alimentos seguros para o consumidor.”, garante Alexandre.

O alimento perfeito não nasce seguro, pondera ele, precisa passar por um processo de melhoria. “Lembro da minha família do interior do estado de São Paulo, de Barretos, enquanto não tive a prova de tomar o leite saindo da teta da vaca e passar mal dois dias eu não sosseguei. Mas aprendi isso”, lembra o diretor da ABIA, comentando que não adianta insistir na narrativa de que a indústria de alimentos não traz um benefício porque sem a indústria de alimentos não é possível alimentar as pessoas.

E quando se olha para esse sistema de produção de alimentos, acrescenta ele, a questão da sustentabilidade, chamada de ESG, está mais do que incorporada no dia a dia da indústria e já há muito tempo. Para se ter uma ideia, revela Alexandre, em torno de um terço dos investimentos da indústria de alimentos no Brasil são na agenda ESG, algo em torno de R\$ 8,6 bilhões em 2021 e R\$ 9 bilhões em 2022.

A indústria de alimentos do Brasil vem crescendo sistematicamente, independente de crises e pandemias. E tudo isso é muito bonito, afirma o diretor da ABIA, mas existem desafios que vão além da capacidade de produzir e transformar. Por exemplo, diz ele, foi dito aqui sobre a questão da comunicação, e a indústria de alimentos sofre muitos ataques em relação ao tipo de alimento que está produzindo. “A gente não acorda de manhã para produzir algo que vá fazer mal para o consumidor. Pelo contrário, produzimos alimentos de grande qualidade”, defende.

“Então é esse resgate que a gente precisa fazer, do orgulho daquilo que produzimos, seja no campo, seja na indústria”, afirma Alexandre, lembrando que tudo acontece através da ciência e elogiando a Embrapa que, para ele, “é um patrimônio nacional”. Cita ainda o trabalho da Esalq, da Unicamp. Mesmo assim, conforme ele, existe uma campanha de descrédito em relação à indústria, seja em relação a questões ambientais, seja em relação aos alimentos produzidos. “Está na hora da gente parar e pensar um

pouquinho: o mundo quer aquilo que a gente produz, mas aqui dentro a gente começa a desconfiar do que produz, não faz muito sentido isso”, observa Alexandre.

Na sua avaliação, para que o País se torne, como o governador Ratinho falou pela manhã, o supermercado do mundo – “e temos convicção de que podemos ser” - precisa começar a valorizar o produto brasileiro. Alexandre lembra que se trata de 38 mil indústrias no País, sendo 120 associadas à ABIA, algumas multinacionais e outras gigantes nacionais. E, segundo ele, muitas das multinacionais têm em seu portfólio empresas e produtos que cresceram no País. “Nós sabemos fazer alimento e de boa qualidade, só precisamos lembrar disso”. A indústria brasileira, pontua, exporta para 190 países, alguns deles com sistemas sanitários bastante rigorosos. E finaliza deixando a reflexão: “O que é que precisa ser revisitado nessa história toda?”

PAINEL 3

FUTURO ALIMENTAR SUSTENTÁVEL: O BRASIL E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS FRENTE AO MUNDO

MODERADORA: VERA ONDEI – JORNALISTA E EDITORA DA FORBES AGRO

Vera abriu o debate da terceira mesa-redonda afirmando que se sente em casa em Londrina e que frequenta o parque Ney Braga desde meados de 1990. "Sempre digo que se a gente fala que a Europa dita tendências para o mundo, o Paraná dita tendências para o Brasil, de como vai produzir, onde é que estão as tecnologias", diz a jornalista. Não por acaso, é do Paraná que saíram (as pessoas, tecnologias) para fazer o Brasil, o Centro Oeste e as demais áreas de grandes produções no País.

Nessa mesa, continua Vera, vai se falar de futuro alimentar sustentável, o Brasil e a produção de alimentos frente ao mundo. "Eu gostaria que a gente tivesse em mente duas palavras: futuro e sustentável. E também fazer um acordo com vocês: um evento desse não é para ficar dentro dessa sala, é para chegar lá pra fora. E aí sugestão é que até o final do ano - tem bastante tempo - que vocês escolham dez pessoas e conversem sobre o que vocês estão vendo aqui, sobre as percepções de vocês, para ver se muda a realidade", propõe aos participantes.

Ela diz que as pessoas se comunicam, ela e todos os colegas que fizeram a mediação são da área de comunicação, "mas a comunicação de cada um de nós é importante, por isso a sugestão acima". "Eu vi muita coisa legal aqui, para aproveitarmos no nosso dia a dia. Tem bastante produtor aqui que eu já vi durante o dia. Então, se há dez anos aqui nesse mesmo lugar alguém dissesse que veríamos as cenas que ocorreram no Rio Grande do Sul, a gente ia falar que estava doido, né? Eu devo admitir que em vários vídeos, várias cenas, vários depoimentos de produtores eu chorei e eu não eu não tive vergonha de chorar por eles", conclui e chama para o debate os participantes.

BRUNO BRASIL – DIRETOR DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

Bruno abre sua apresentação convidando os participantes a imaginarem o ano 2050 com o planeta chegando a 9,7 bilhões de pessoas, um crescimento demográfico puxado principalmente por Ásia e África. Mais emblemático ainda, sugere ele, é imaginar que em 2080 o país mais populoso do globo será a Nigéria. "Para quem não tem essa informação na cabeça, no ano passado a Nigéria ultrapassou a população brasileira e se tornou o sexto país mais populoso do globo", recorda o diretor do MAPA.

Mas, antes de fazer essa viagem para o futuro, recomenda entender a trajetória até aqui. Conforme ele, entendendo essa trajetória será possível mapear melhor os próximos passos e entender os desafios. E lembra que foi falado antes, no evento, que há 50 anos, pouco antes disso, até a década de 1960 as pessoas viviam num país agradável, a maioria de população no campo, e que era incapaz de produzir o suficiente para alimentar todos os brasileiros. "Em um esforço corajoso, visionário, estratégico para o País, criamos um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e em 1973 foi

fundada a Embrapa. Junto com o setor produtivo, empreendedor, conquistamos e avançamos na primeira fase da transformação do agro brasileiro, que a gente poderia sintetizar em uma palavra: Tropicalização”, descreve Bruno.

Resgata também que na década de 1960, a América do Norte e a Europa já experimentavam a chamada revolução verde, mas o pacote tecnológico que existia ali era apropriado para latitudes temperadas. Era necessário, acrescenta ele, desenvolver um pacote tecnológico tropical. “E nós fizemos isso, aprendemos a trabalhar nesses solos ácidos e pobres do cerrado, avançamos a nossa fronteira agrícola, antes restrita à região Sul do País, até a região centro-oeste, o estado do Mato Grosso, Matopiba, parte do Maranhão, do Tocantins. E fizemos isso até o final da década de 1980”, celebra o diretor do Mapa, reforçando que tudo foi por meio de melhoramento genético, a tropicalização de variedades vegetais, raças, animais. E destaca que um dos casos mais emblemáticos é a soja, antes restrita basicamente aos estados do Sul do Brasil.

Bruno lembra que o boi brasileiro é uma mistura de raças europeias e indianas e se alimenta de uma forrageira trazida da África. “Tudo isso se faz com consciência e inovação”, afirma. Mas os condicionantes da transformação do agro mudaram na virada do século, com os primeiros sinais já na década de 1990 e, em parte, começou na Rio 92. Por consequência da Rio 92, explica o diretor do MAPA, foi criada a chamada UNFCCC, um quadro de convenção do clima das Nações Unidas. A partir dali as partes signatárias desse acordo passaram a se reunir anualmente em uma conferência das partes denominada COP, que terá a 28ª edição em dezembro deste ano, em Dubai. “É lá que os tratados ambientais, os condicionantes de hoje, que impactam as nossas exportações, começam a ser negociados.”

Na sua avaliação, é preciso entender isso de plano de fundo. “Os condicionantes ambientais começaram a aparecer ao longo da década de 1990, naquele mesmo momento em que o agro brasileiro passou a ser capaz de alimentar a nossa população e começava a despontar como exportador agrícola relevante, atingindo hoje mais de 200 países. Então nada mais natural do que nós não sermos mais os únicos editados a regras de comércio de produtos agrícolas. Estamos, sim, submetidos a regras de outras partes que comprem nossos produtos, tendo isso ou não raiz protecionista”, comenta Bruno, acrescentando que se o País viveu isso no final da década de 1990 e início dos anos 2000, principalmente com medidas zoofitosanitárias, que impactavam o comércio exportador, a partir desse ano o Brasil vive isso com barreiras ambientais que impactam o comércio.

Melhor exemplo, diz o diretor do MAPA, é a lei de desmatamento da União Europeia publicada em junho desse ano e que passa a ter efetividade a partir de dezembro do ano que vem. “Mas então como o Brasil continua transformando o agro ao longo desse século? Simples, estamos produzindo cada vez mais na mesma terra. Isso é a característica mais marcante das últimas duas décadas de transformação do agro brasileiro e a maior solução para continuar crescendo em um ambiente de restrições ambientais crescentes”, afirma Bruno. Ele dá como exemplo o fato de o País ter hoje mais de 22 milhões de hectares de área plantada com segunda e terceira safras. “Isso é

produzir mais alimento, fibras e energia usando a mesma terra e vem de um modelo tropical, sem paralelo no mundo.”

Outro exemplo, é a recuperação de áreas de baixa produtividade, as chamadas pastagens degradadas. Segundo ele, apenas durante a primeira fase, o primeiro decênio do Plano de Agricultura de Baixo Carbono, que é a medida mais emblemática dessa nova plataforma de transformação do agro, iniciada em 2010, foi recuperado mais de 26 milhões de hectares de pastagens degradadas. “Continuaremos avançando. Estamos agora conduzindo a segunda fase do ABC, chamada ABC+, a política setorial para o enfrentamento da mudança do clima, que visa adaptar o agro brasileiro para as mudanças climáticas, tornando-o mais resiliente”, adianta o diretor do MAPA.

O agro, reforça ele, é extremamente vulnerável às mudanças do clima e é preciso torná-lo mais resiliente, com medidas favoráveis economicamente para o produtor e que ao mesmo tempo tenha benefício para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa: Plantio Direto, sistemas integrados de recuperação de águas degradadas, uso de fixação biológica de nitrogênio, manejo de resíduos da produção animal, terminação intensiva, sistemas irrigados e florestas plantadas. “São as oito práticas e tecnologias comentadas pelo ABC, que vão nos levar a mitigar mais de uma giga tonelada de CO2 até o final dessa década.

JOSÉ ROBERTO RICKEN – PRESIDENTE DO SISTEMA OCEPAR

“Quero partir para ser sustentável a partir de um ponto que é antes da gente se preocupar com a produção. Boa parte das pessoas falaram da produção. Não precisamos nos preocupar muito, vamos aproveitar a demanda que existe, e existe no mundo, isso é uma realidade!”, declara Ricken, ao iniciar sua fala no painel.

Apresentando alguns slides, ele aponta os tipos de alimentos que são demandados e a composição dessa dieta com a renda. Então, segundo esses números, nos países menos desenvolvidos se vive de grãos, raízes, arroz e feijão e nos mais desenvolvidos de produtos funcionais. “A gente tem que ter em mente isso, bem claramente. Como foi dito agora, vamos chegar a 9 bilhões (de habitantes) lá nos anos 2050. Onde que vai estar a população? Na África e na Ásia. Então, obviamente, é ali que vai se consumir mais alimentos”, explica o presidente da Ocepar.

Ainda com base nos gráficos, aponta os lugares que se produz alimento hoje e onde é possível produzir, afirmando que o Brasil tem um espaço maravilhoso. E alerta que onde tem florestas terá uma legislação que será impeditiva. “Esse gráfico mostra que na década de 1970 tínhamos 70% da população rural e hoje temos o contrário. Foi todo mundo para a cidade. A grande mudança, de fato, ocorreu em 1995. Foram para a cidade levando toda a riqueza que tinham no campo. Foram aproveitar as oportunidades. E hoje chegamos nessa situação, o que o povo precisa? Comida”, completa o presidente da Ocepar, garantindo que o Brasil está aqui para produzir.

Ele acredita que não é preciso se preocupar com isso e adianta que, segundo a FAO, quando o mundo alcançar mais de 9 bilhões de pessoas, será preciso produzir no mínimo

28% a mais de agricultura e 31% de proteína animal. “E, então, o Brasil é visto por dentro, queiram ou não, como fundamental para garantir essa sustentabilidade. Essa é a realidade que nós temos”, reitera Ricken, apontando outro gráfico e mostrando a área ocupada até 2023 e que o ponto em que o País ganhou foi exatamente em produtividade.

O presidente da Ocepar lembra que Brasil é o primeiro em produção de suco de laranja, café, soja, açúcar, é segundo em carne de boi e de frango, terceiro em milho e quarto em produção suína. “Veja na exportação, nós somos primeiro em todos esses produtos e quarto e quinto em milho. Então nós temos sim um espaço no mundo”, diz ele, mostrando um slide e destacando o modelo cooperativista. E pontua que em 131 municípios é esse o modelo, transformando proteína no local onde é produzida. “Esse é o nosso modelo e a gente acredita muito nisso”.

No Paraná, descreve Ricken as propriedades têm cerca de 48 hectares, mas em 92% das propriedades do público das cooperativas não chegam a 100 hectares, então o caminho é a organização. Em relação à produção, segundo o presidente da Ocepar, 75% dos grãos e 45% da produção de lácteos e carne são de cooperativas. São 140 agroindústrias no Estado, transformando grãos, a proteína animal. “Então, futuro nós temos”, ressalta.

Ricken acrescenta que 42% do que se exporta hoje no Paraná saem das cooperativas. E conclui que a grande responsabilidade do setor hoje é identificar demandas, muito mais do que produzir. “Se você tem a demanda ali no local, nacional ou internacional, você vai produzir exatamente o que essa demanda necessitar. E aí, agregar valor, agregar valor, agregar valor, garantindo a sustentabilidade”, finaliza.

RAFAEL ZAVALA, REPRESENTANTE NO BRASIL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

Rafael inicia sua fala “pegando o gancho do que comentava Bruno e José Roberto, que levantaram a importância da agricultura tropical”. “Que fique muito claro, o futuro alimentar do mundo é o futuro da agricultura tropical. É na agricultura tropical que começa a aumentar a produção”, reitera o representante da FAO, pontuando que para alimentar a população em 2050 é preciso ampliar, por exemplo, 30% a produção de carne, que precisará vir dessa região.

Ressaltando a necessidade de ampliar a produção, Rafael lembra que o Brasil é o quarto país produtor de alimentos no mundo, atrás de China, Índia e Estados Unidos, destacando que os dois primeiros países têm cada um mais de 1,4 bilhão de habitantes, que comem 3 vezes ao dia. Destaca ainda, como já havia sido falado, que a Nigéria será até 2030 o quinto mais populoso do mundo. “Temos que aumentar (a produção). E precisamos promover o lema ‘produzir e conservar’, temos que ter essa estratégia”, sugere o representante da FAO.

O Brasil, enaltece ele, é uma locomotiva alimentar mundial. Mas essa locomotiva, tem dois grandes desafios. O primeiro, segundo ele, é que precisa reduzir a dependência de insumos produzidos a mais de 10 mil km, uma vez que boa parte do que é utilizado no

País está acima desses 10 mil km. “Precisa desenvolver uma macroestratégia para o desenvolvimento de agro insumos.

O segundo desafio, continua ele, é que essa locomotiva de produção alimentar fica muito próxima do coração da biodiversidade planetária. “Por isso, as palavras mencionadas pela Vera (moderadora), ‘futuro e sustentável’, têm que ser a alma da estratégia cotidiana para produzir alimentos no Brasil”, complementa. Cita ainda a necessidade de “aproximar” a produção de alimento e resgata que essa foi uma das principais lições da pandemia, a necessidade de estar perto dos alimentos. O que impacta, na sua avaliação, questões como a menor geração de carbono. Ressalta a ‘responsabilidade’ do País em produzir alimento e destaca que hoje cerca de 60 países se alimentam de produtos do Brasil cotidianamente.

Ainda, Rafael alerta que hoje a segurança alimentar está “sob uma tempestade perfeita”, o que amplia diretamente as causas da fome no mundo: Conflitos armados, choques econômicos, choques climáticos, choques sanitários. “Nos países com conflito armado, a fome é uma das primeiras sentenças. As crises econômicas, por sua vez, têm relação com crises financeiras, inflação, algo que impeça ou dificulte a população de adquirir alimentos.”, descreve o representante da FAO. Por isso, segundo ele, a necessidade de se pensar em produzir com menos agressão ao meio ambiente, principalmente. “A boa notícia é que temos a pesquisa e a tecnologia como aliadas, pois nos ajudam a produzir mais e melhor”, celebra.

JACYR COSTA FILHO – PRESIDENTE DO CONSELHO DO AGRONEGÓCIO (COSAG-FIESP)

Quando se fala em sustentabilidade, inicia Jacyr, é preciso ver três eixos: econômico, social e ambiental. “O Rafael (painelista anterior) tocou num ponto importante que é a dependência de fertilizante. Hoje também se falou que estamos caminhando para produzir os 400 milhões de toneladas de grãos, mas somos altamente dependentes (de fertilizantes) e com o risco de ter poucos fornecedores”, alerta o presidente do COSAG-FIESP, exemplificando que o principal insumo, da principal cultura local (a soja), o cloreto de potássio, vem basicamente de dois países: Rússia (Bielorrússia) e do Canadá.

Com o conflito se agravando na Rússia, acrescenta ele, é um risco essa dependência para um insumo tão importante. “E vale lembrar que sem a soja primeira safra não vem o milho segunda safra, e a gente pode ter alguma dificuldade. Para tornar realmente sustentável nosso agronegócio, precisamos ter produção de fertilizantes local. Não dá para ficar dependente só de importação porque é um risco enorme”, reforça Jacyr, completando inclusive o risco de “custo” porque o frete marítimo, com as novas restrições ambientais (na Europa), vai ficar mais caro.

Outro ponto fundamental, acredita ele, é privilegiar e estimular a produção de alimentos no Brasil. “As cooperativas daqui, o Rick (da Ocepar) colocou muito bem, já estão fazendo isso. Agregando valor ao que é produzido aqui. Isso é o caminho da escala e faz com que a nossa indústria de alimentos se torne competitiva”, aconselha Jacyr, alertando para um entrave que é o imposto.

“Fico chocado quando vejo que aqui no Brasil, que tem um o consumidor com menor renda, paga quase 40% de impostos no chocolate, enquanto o consumidor belga, que tem alta renda, paga 8% para consumir o chocolate”, compara. Para o presidente do COSAG-FIESP, é preciso estimular o consumo desses produtos, que são também importantes para a nutrição.

Na parte social, continua ele, o caminho são as cooperativas agrícolas, que faz o pequeno ser grande e empodera as comunidades locais. “Vemos as pequenas cidades daqui. O Paraná é um grande exemplo. Até brinquei com o Luiz Lourenço (Cocamar), que as cooperativas paranaenses estão deixando de ser paranaenses para serem cooperativas brasileiras, estão invadindo São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, se expandindo. Graças a essa capacidade empreendedora que vocês têm”, frisa.

No ambiental, acredita ele, o País está num caminho bastante importante. Ele conta que trabalhou por 15 anos em uma cooperativa agrícola francesa, foi presidente da empresa no Brasil, cuidando dos setores de cana-de-açúcar, milho e mandioca, e sentiu a dificuldade que eles tinham de introduzir novas tecnologias, seja pela idade média do agricultor (muito mais elevada) ou por resistência de mudar e adotar a prática.

“O Brasil está muito à frente disso. Na prática regenerativa, o que a gente está aplicando é um bom caminho”, afirma Jacyr. Ele fala também sobre bioenergia, no setor de cana-de-açúcar onde atua há mais de 35 anos, que é um setor que está se tornando cada vez mais circular. Diz se lembrar que quando entrou, o açúcar era a produção, melaço e bagaço eram subprodutos, começou então a produção de etanol, depois o bagaço começou a ser transformado em eletricidade na década de 2000, e hoje está caminhando para o biogás. Dentro da FIESP, relata ele, está sendo discutida a neointustrialização e o gás é um insumo fundamental para algumas indústrias muito importantes no estado de São Paulo, principalmente as de cerâmica, vidros e metalurgia, e o caminho que está sendo construído para se fazer (produzir biogás) é através das 130 usinas de cana-de-açúcar do estado. “Então é um setor que tem se tornando cada vez mais circular, aproveitando todos os seus instrumentos”.

Na sua fala, Jacyr ainda observa a necessidade de se encontrar formas de financiamento para a transição energética. “O melhor exemplo é a Noruega, onde grande parte do PIB vem da exploração de recursos naturais, principalmente petróleo. Explora e exporta energia fóssil e financia a descarbonização internamente, hoje, um país exemplo de mobilidade, uso de energias renováveis, mas tudo isso financiado com a venda de petróleo, principalmente. Acho que é uma forma inteligente que encontraram (de financiamento)”, diz ele. Na sua opinião, é preciso usar o potencial de petróleo que o Brasil ainda tem para financiar essa transição energética. “Temos condições de encontrar mecanismos de financiar a descarbonização e fazer o investimento na sustentabilidade da agricultura que, sem dúvida nenhuma, é o carro chefe do Brasil.”

ROBERTA MENEGHEL - PRESIDENTE DA SL ALIMENTOS

Roberta inicia a sua apresentação dizendo que o desafio que os produtores têm é alimentar o mundo. “A sociedade também nos cobra para produzirmos de forma

sustentável”. Mas um novo ponto que ela acha que vale a pena colocar é a perspectiva do produtor rural, que está enxergando essa busca da sociedade com sustentabilidade. “E os produtores enxergam mais e melhor. Mas, como capitalista, ele também quer ganhar dinheiro. E de que forma olhamos essa perspectiva de que tenho que conservar e produzir todos esses alimentos, mas também tenho que ganhar dinheiro?”, indaga.

Somado a isso, completa Roberta, tornar o País menos dependente dos insumos que vêm de outros países, olhando 100% o custo, o produtor vai conseguir ter um ganho tendo esses insumos disponíveis no mercado brasileiro. A presidente da SL Alimentos completa, questionando como é possível, diante de todo esse desafio climático, com situações de secas extremas, situações de chuvas e ciclones e a influência do El Niño, ao mesmo tempo, olhar para a sustentabilidade?

“Temos um conceito novo, mas que ainda traz práticas muito antigas, que é a agricultura regenerativa”, expõe. Roberta traz para o painel algumas informações sobre agricultura regenerativa do sistema. “Fica aquela dúvida: Nossa, o que é agricultura regenerativa? Esse conceito é tão complexo que traz práticas desde estudos da década 1970, que é o Plantio Direto”, lembra.

A presidente da SL Alimentos explica que agricultura regenerativa nada mais é do que uma agricultura que olha para regeneração do solo, com condições de solo muito mais saudáveis e que olha - também - para a biodiversidade, com o uso dos inimigos naturais, que agora são chamados de amigos naturais. Roberta acrescenta que, tem toda essa biodiversidade trabalhando para que, em momentos que o clima estiver ruim ao produtor, que se tenha ganhos.

“Os sistemas regenerativos nada mais são que sistemas que olham para o solo, para a biodiversidade que o produtor está inserido e trazem situações que vão garantir rentabilidade porque vai ter um solo muito mais preparado, vai ter um sistema ambiental muito mais favorável para ajudar a suportar esses momentos climáticos como a gente está vivendo”, destaca. Roberta frisa que, como existe essa situação climática gritando no mundo, esses consumidores estão buscando produtos vindos de sistemas que cuidam do meio ambiente, que protegem o planeta e que, se nada for feito até 2050, iremos ter uma situação irreversível.

Em relação à perspectiva da indústria, a presidente da SL Alimentos, que é uma indústria intermediária - B2B - ou seja, faz todo o contato com os produtores e depois comercializa para outras empresas para fazerem o processamento final, indaga como poderá ser garantido que, ao longo do tempo, essas cadeias serão sustentadas. “Como iremos olhar para isso como sociedade, não só como empresa fornecedora, como empresa de consumo final, só como produtor rural. Então, a gente tem que olhar isso no longo prazo”, observa.

Roberta destaca que acredita muito que a indústria de alimentos vai ser uma das protagonistas dessas mudanças de consumo. “Obviamente, a gente pode ter ações individuais que vão trazer impactos para mudança da situação climática e para redução de emissão de carbono”. Ela acrescenta que, com a indústria, a partir do momento em

que uma empresa B2C só produz alimentos vindo de sistemas que cuidam do planeta, o consumidor final terá que comprar produtos de quem cuida do planeta.

Então, sublinha, toda a decisão de consumo vai estar orientada para sistemas que estão preservando. “Eu queria trazer mais uma visão maior sobre esse protagonismo como indústria para que todas as indústrias tenham metas até 2030 de sustentabilidade para cumprir”, observa. Roberta completa que, a partir do momento em que uma indústria sai do escopo dois, ela frisa que a maioria das indústrias de alimentação hoje estão no escopo dois, ou seja, não estão ainda olhando para os seus fornecedores. Ela observa que, a partir do momento que essa indústria muda do escopo dois para o escopo três, estará automaticamente proibida de comprar daqueles fornecedores que não estão olhando para as questões climáticas.

“Essa mensagem que eu queria passar como indústria, no meio entre produtor e as demais indústrias de alimentação, a gente está buscando parcerias de longo prazo para os produtores, ensinando como o produtor pode ter o benefício financeiro realmente dessa prática regenerativa, como isso pode reduzir o custo dele no final e como ele pode trazer maior rentabilidade praticando toda essa questão regenerativa sustentável”, finaliza.

RODRIGO VISENTINI – LÍDER DE NUTRIÇÃO DA UNILEVER BRASIL

Rodrigo inicia sua apresentação com duas frases da Unilever que acredita que são bem importantes. “E eu vou repetir tudo que já foi falado até agora, mas, na verdade, temos como missão fazer negócios de maneira sustentável. E, para alimentos, nosso propósito de marca e de negócio é fazer a força do bem para as pessoas e para o planeta”, observa. Rodrigo indaga: “O que isso quer dizer para a Unilever? Sem pessoas e sem planeta saudável, não tem negócio no final do dia”.

Ele destaca que é por isso que a Roberta (painelista anterior) falou que nós iremos para negócios sustentáveis porque temos que oferecer produtos sustentáveis para existir um futuro no final do dia. “Sem pessoas saudáveis e um planeta saudável, não tem negócio”. Ele completa que, desde 2010, a marca está adotando práticas sustentáveis e a prática de agricultura regenerativa começou em 2021. “Na verdade, somos uma empresa de marcas, as empresas de marketing grande parte disso. Trabalhamos contando histórias em alguns pilares. Eu vou contar quatro pilares que trazem um pouquinho das histórias da Unilever e como chegamos no consumidor, somos uma empresa que conversa com o consumidor e conta a história através das marcas”, observa.

O primeiro pilar que Rodrigo destaca é que o mundo vive de resíduos. Ele conta que daqui há um ano e meio, em 2025, a empresa não terá mais plástico que não seja reciclado ou reciclável. “Hoje, o pote de maionese ou frasco de ketchup já usam plástico PCR. Qual o desafio do custo na cadeia? O consumidor percebe a diferença disso, ele vai comprar uma maionese Hellmann's e, se comparar com a do concorrente, a da Unilever estará mais acinzentada, um pouco mais escura porque o plástico é PCR. “Nosso papel, como líder de indústria, é contar a história para o consumidor e falar que essa é a

maionese boa, aquela que é cinza, não é aquela que é branquinha que polui o meio ambiente”, esclarece.

Rodrigo completa que esse foi um passo que já deram. “Hoje a nossa fábrica, em Pouso Alegre (MG), onde fazemos a maionese, tem biodigestor, então a biomassa gerada lá é convertida em energia para fábrica que é verde e limpa”, explica. Isso, completa, é outra maneira de contar para que o consumidor saiba como é feita, em Pouso Alegre, uma maionese super limpa e verde.

O segundo pilar, acrescenta o especialista em nutrição da Unilever, que linka com a apresentação do Rafael (painelista anterior), que falou sobre desperdício, sobre fome, é o tema que pessoalmente mais trabalha na Unilever, o que eles chamam de mundo sem desperdícios. “Mais da metade da comida produzida no Brasil e no mundo é desperdiçada. E hoje, ao evitar o desperdício de comida, você mata a fome do mundo”, atesta.

O especialista em nutrição explica que a Unilever, para evitar o desperdício, aposta na logística da indústria. “Temos um programa com Hellmann's que chamamos de ‘Unidos Pela Comida’, onde coletamos itens perto do vencimento da indústria, do varejo e doamos para Ongs poderem cozinhar e matar a fome de pessoas”, destaca.

Rodrigo acrescenta que, junto com o Instituto Baccarelli, localizado em Heliópolis, São Paulo, que é uma comunidade bastante pobre, tem um coral lá que ensina crianças a cantar. “Alimentamos mais de mil famílias por dia com a sobra de alimentos que Hellmann's usa na cadeia como um todo. Esta é uma maneira que a gente faz, a gente trabalha como marca, para evitar que pessoas passem fome e que usem comida a ser desperdiçada também”, salienta.

O terceiro pilar, frisa Rodrigo, é a nutrição positiva, ou seja, é ter alimentos que sejam cada vez mais saudáveis, com menos açúcar, com menos sal e com menos gordura. “Acho que é uma coisa que tá latente agora, é a nova linha da etiquetagem e a gente vai agora inserir qualquer alimento dentro da tabela nutricional, como alimentos alto em açúcar, alto em sal e alto em gordura”, observa.

Um exemplo que Rodrigo expõe e que a indústria tem trabalhado há bastante tempo com isso é a maionese Hellmann's, Caldo Knorr e a Mãe Terra que, durante anos, foi retirando açúcar, sal e gordura. “Então pensamos no consumidor, como a Thaís da Esalq falou, a maneira de processar é o que menos importa, o que mais importa é que você coloca o alimento no final do dia e cria novos ingrediente cada vez mais saudáveis para o consumidor”, frisa

E por último, com base na agricultura regenerativa, acrescenta Roberto, todo óleo de soja que vai na maionese é sustentável. E a aveia, que vai na granola, que a Roberta fornece para a Mãe Terra, já começa a vir de uma agricultura regenerativa, mais sustentável. “Então, para voltar ao debate, mudar o sistema é uma tarefa coletiva, não é só indústria, não é só produtor, não é só consumidor. Todos em conjunto vamos mudar o sistema para ser mais sustentável para o futuro.”

PALESTRA ENCERRAMENTO – “O FUTURO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO E A INTEGRAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

PALESTRANTE – ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ECONOMISTA E ESPECIALISTA EM AGRONEGÓCIOS NO BRASIL.

Alexandre inicia sua palestra dizendo que, a respeito da temática do evento e da sua palestra, acredita que sua maior contribuição possa ser dividir um pouco sobre a análise macro do que está acontecendo no mundo e as implicações para os negócios, inclusive pegando os pontos principais do que já foi abordado no evento ao longo do dia. E destaca como primeiro tema o “equilíbrio agrícola que está sendo vivido no momento, muito diferente do que foi no passado e muito instável”.

Pegando o tema levantado pelo Jacyr (do painel 3), diz que sempre olha para a sustentabilidade e que na maior parte das vezes fala-se em ambiental, mas que a econômica e a social são extremamente vitais. “Vejo que estamos com um sistema alimentar no mundo inteiro, vivendo transformações que vão marcar a próxima geração de um jeito muito diferente. O mundo há 20, 30 anos se organizava de modo diferente”, pontua Alexandre, colocando que ao longo das últimas décadas principalmente os países desenvolvidos, foram fugindo do “carregamento de estoques”. Nesse sentido observa que o Brasil começou a se tornar relevante para o mundo nesse momento em que as principais economias, como Europa e Estados Unidos, decidiram não carregar mais estoque de grãos em grandes momentos.

Segundo o economista, existem hoje dois países que carregam estoque de alimentos muito grandes, que são justamente os mais populosos: China e Índia. O restante opera com estoques muito baixos. Cita o exemplo de como funcionava nos Estados Unidos, onde havia uma política de preço mínimo. “O estado comprava grãos quando a produção era grande e vendia quando a produção era pequena”. Durante os anos 1990, acabaram com essa política e transferiram aos produtores recursos, entre eles se o preço de mercado estiver abaixo do mínimo, ele paga a diferença, mas não carrega estoque. “A consequência prática disso é muito grande porque lentamente os grandes traders, a grande estrutura comercial, começaram a montar posições em vários países exportadores dos principais produtos agrícolas”, explica Alexandre, reforçando que essa prática tem deixado o equilíbrio agrícola complexo “porque os estoques globais são estruturalmente muito baixos”.

O cenário, acrescenta o economista é: uma mudança na população, uma mudança forte no comércio internacional, com cadeias globais de alimentos, e ao mesmo tempo estoques extremamente baixos na maior parte dos países. “Qual era a lógica estrutural dessa estratégia? Ao comercializar, produzir em muitos lugares, raramente o mundo vai sentir falta de alimento porque se quebrar num lugar tem no outro. A realidade dessas últimas duas décadas tem mostrado que isso não é verdade”, alerta Alexandre, lembrando que os “shoppings agrícolas” foram ficando cada vez mais estáveis.

Mostrando um slide, aponta dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre onde há no mundo déficits comerciais ou países com exportação líquida, exportação menos importação. Por trás desses comércios, reforça ele, existe uma cadeia enorme de alimentação. Analisa, então, dados do Japão, que já na década de 1990 era um país altamente importador de alimentos, país rico, população grande, área geográfica restrita, com um déficit de quase US\$ 47 bilhões. A União Europeia, acrescenta Alexandre, que é quem mais “nos cobra”, que é quem tem ditado as regras de como vai funcionar a sustentabilidade, é altamente deficitária.

No caso americano, recorda, que era a grande potência exportadora do mundo, inclusive quando tinha um problema na África doavam alimento para a região porque os estoques eram grandes e o mundo tinha um certo equilíbrio, os preços eram voláteis, mas não tanto quanto hoje, porque existiam estoques grandes e um comércio, relativamente pequeno.

A Ásia começa a aparecer e crescer, os recursos naturais sobem de preço. Também começamos a ver os árabes com relativa falta de alimentos, ficam mais ricos, têm mais petróleo, sobem de preço. Recentemente, acrescenta ele, os árabes visitaram o Brasil com amplo interesse em investir em empresas brasileiras, preocupados com o suprimento de alimentos no longo prazo. Mas nessa região já há um déficit enorme, de US\$ 73 bilhões, uma das regiões que mais importam alimentos do mundo.

Seguindo sua análise das regiões com déficit ou não, chama a atenção para o salto comercial da Europa, que montou uma estratégia de incorporar o Leste Europeu e passou a ser superavitária por conta disso. “O primeiro choque dessa estratégia é a guerra na Ucrânia”, salienta Alexandre.

A Ucrânia é estratégica porque abastece tanto o Oriente Médio quanto a Europa, Norte da África. A guerra na Ucrânia, observa o economista, rompeu com uma estratégia de 30 anos. Agora, muitos países já estão mudando sua estratégia, inclusive em relação ao biocombustível. Cita que os alemães que “devem estar olhando para gente e pensando que talvez sejamos a plataforma de exportação de biocombustível para eles fazerem hidrogênio e uma série de coisas”.

E com toda essa movimentação nas últimas décadas, Alexandre destaca que é possível ver surgir grandes potências exportadoras, sendo o Brasil a maior disparado, com o maior salto comercial. “Os dois últimos anos foram espetaculares, estimamos que esse ano vai chegar a US\$ 150 bilhões, é um saldo gigantesco. E a gente vê a China com US\$ 180 bilhões de déficit estrutural e talvez no futuro os indianos tenham déficits muito grandes também”, analisa.

Para ele, a configuração atual, de um lugar onde tem população, crescimento econômico, demanda, versus um lugar que tem recursos naturais, suficiente para fazer um ciclo de exportação tão forte, “ajuda a gente a entender que vamos viver em um mundo onde as cadeias globais são muito mais integradas.”

“Para nós, todo crescimento daqui para frente, já vem sendo assim, terá uma demanda de fora e em todos os sentidos: como a gente faz, como se apresenta, o que fala.”, pontua Alexandre, completando que a discussão de sustentabilidade econômica, social e ambiental para cadeias globais é um fato.

O economista ressaltou ainda que a pandemia foi uma grande demonstração de que os sistemas alimentares podem criar problemas gigantescos. “Foi numa feira, na China, consumindo animais silvestres que surgiu uma pandemia que colapsou no mundo”, diz ele, certo de que “esse acontecimento vai ficar como marco da história mais moderna” porque as cadeias globais são muito mais interligadas. “A discussão sanitária é uma discussão central”.

Alexandre lembra que errou na análise que fez no início da pandemia e imaginou que os mercados sofreriam um colapso porque as economias iam parar, ia ter uma redução de renda, as pessoas não teriam renda para consumir carne, o que teria efeito sobre o mercado de grãos. Mas uns dois meses depois, percebeu o contrário, que “daria pancada para cima”. “Percebemos que embora a renda das pessoas tenha diminuído, elas mudaram sua cesta de consumo e concentraram em alimentos e saúde e higiene”. Acredita também que foi nesse momento que as pessoas se reconectaram com o alimento, dar mais valor a um almoço em família, cozinhar, olhar para o alimento, saber de onde vem. Porque o problema da pandemia, segue Alexandre, veio de um sistema alimentar que não seguia as condições sanitárias necessárias. Isso mostra, segundo ele, a responsabilidade do sistema alimentar.

Recorda ainda que o consumo de alimento começou a aumentar, com transferência de renda para a população, as pessoas puderam consumir mais, depois vieram as vacinas, o setor de serviços voltou a funcionar, a demanda voltou e os preços dos alimentos dispararam. Apresentando dados FAO, mostra que em 2022 os alimentos atingiram o preço mais alto da história (no registro histórico desse índice). E adianta que está acontecendo uma correção dos preços internacionais no momento. “Mas foi vista uma explosão nos preços dos insumos, o Jacyr (do painel anterior) falou sobre a falta de fertilizante no Brasil, dependente fortemente dessas importações, olha a sustentabilidade aí de novo! Como é que consigo manter esses sistemas alimentares produzindo e em grandes volumes? Com um sistema de insumos funcionando perfeitamente.”, reitera Alexandre.

As consequências macroeconômicas do que aconteceu, sustenta o economista ainda apontando gráficos, foram gigantescas. Destaca o aumento do consumo de fertilizante e do frete, com um ciclo completo de ajustes. “Agora voltaram, estão estabilizando os fretes”. No caso do fertilizante, primeiro teve reflexo da pandemia e depois da guerra na Ucrânia. “A gente vive um choque de preços, que virou completamente esse ano, e a gente reequilibrou o sistema alimentar mundial agora. Só que nessa transição os agricultores brasileiros sofreram, as empresas sofreram, os que importaram com um custo muito alto e venderam mais baixo sofreram também”, lamenta Alexandre, destacando que o mercado está voltando para um “sistema” de três anos atrás nos preços dos grãos e dos insumos.

Segundo o economista o sistema é instável porque trabalha com estoques muito baixos e demanda muito alta. E cita o exemplo da Índia, maior exportadora de arroz do mundo (cerca de 40%), que bloqueou as exportações no mês passado porque a safra não está indo bem e os preços já começaram a subir por lá. “E nós não somos nada no sistema mundial de produção de arroz. O mundo produz 530 milhões de toneladas e nós em torno de 7 milhões e o preço já bateu aqui porque o maior exportador travou”, alerta Alexandre, mostrando o quanto os sistemas alimentares no mundo hoje estão interligados. “Esse é o tamanho da variação que estamos vendo e que vamos ver no futuro”.

BRASIL

Trazendo uma análise para o Brasil, Alexandre mostra que o PIB do agronegócio foi o único que se manteve estável nos últimos anos e “é uma propaganda que temos que fazer para o mundo”. Mas, questiona ele apontando o gráfico, quais são as consequências de um salto dessa magnitude, não tem precedente histórico o que aconteceu nos últimos dois anos no Brasil, que aumentou em 50 milhões de toneladas a produção de grãos. Foram incorporados cerca de 2,5 milhões de hectares por ano, nos últimos três anos. “A margem explodiu na nossa frente e a gente vem atrás ultrapassando, respondendo oferta, impressionante”, admira o economista. Diz que é preciso guardar essa lição. Diz que o País criou uma elasticidade de oferta gigantesca, capaz de responder à demanda de forma impressionante. Mas lembra que o problema é que não há estrutura para crescer 50 milhões de toneladas e vai ser preciso dar uma freada e ao invés de crescer 2 milhões de hectares por ano, “vai parar”.

Tem sido assim as respostas da produção porque não há, segundo ele, infraestrutura para receber essa safra da noite para o dia. O Mato Grosso produz como a Argentina, exemplifica. E se continuar nessa velocidade, os preços vão cair. A produção brasileira é gigante mas, continua ele, não é para ficar se “exibindo”, e sim entender a consequência econômica de ser grande, que “podemos mexer com o preço do mundo e temos que estar preparados para isso”. “Então, quando eu olho para a sustentabilidade, eu preciso olhar para esses números, para a sustentabilidade econômica, além da ambiental.”

Ele alerta que quando vêm esses “choques” pode-se perder a percepção de longo prazo, parar de pensar no futuro e correr para apagar o fogo do presente – exemplificando que saímos de três anos de La Niña e agora vem o El Niño -, por isso a importância de um Fórum como esse, para se montar estratégias. E os “choques” tendem a ser cada vez mais frequentes, acredita o economista. Não vai ter, acrescenta Alexandre, estoque público relevante aparecendo em lugar nenhum no mundo, a não ser na Índia e na China. E não adianta falar para o governo fazer estoque, não vai fazer, não tem caixa para isso, considerando que são volumes (financeiros) muito grandes. Por isso, pontua ele, é importante fazer análises e ser muito inteligente para sobreviver a esses movimentos, a esses choques que tendem a ser cada vez mais comum.

Alexandre ainda cita o volume de exportação de alimentos brasileiro que deve alcançar 270 milhões de toneladas e lembra que o País enviou para o mundo cerca de 300

milhões de toneladas de minério de ferro. É algo inimaginável, acrescenta, considerando a infraestrutura do País. “Imagina a quantidade de pontezinha que tem que atravessar? No Pará, em Rondônia, no Mato Grosso... estrada de terra, caminhão atolando. Acho que o estrangeiro olha e pensa ‘esses caras são tudo louco, só tem doido ali’ porque só doido para tirar 270 milhões de toneladas como estamos tirando. E estamos tirando porque o mercado está chamando”, ressalta Alexandre, lembrando que “está chamando esse produto de todos os lugares do Brasil” e que, sim, o Paraná também vai sofrer as consequências da “Amazônia”, é uma questão nacional, de imagem, de rastreabilidade.

“É importante ter essa dimensão, de que dobramos em 10 anos, é muita coisa, para qualquer país”, diz o economista, mas sugere observar que nesse momento está se fechando a safra do hemisfério norte e já é possível avaliar alguns dados e a relação entre estoque e consumo mundial está caindo, citando essa relação no algodão, açúcar, suco de laranja, óleo de palma. Ou seja, as safras no mundo foram relativamente boas, mas o consumo cresce. “Está claro que está mais apertado?”, pergunta o economista. Se no ano que vem tiver problema de uma safra no mundo de um país relevante ou se a soja brasileira tiver queda agora na produção já vai começar a se ver uma correção. O mundo, avisa ele, trabalha em um nível de demanda relativamente alta. O sistema vai continuar atento. “E eu não vou dormir uma noite esse ano tranquilo”, brinca.

Em relação à sustentabilidade, Alexandre acredita que “vamos viver a era da idelologia”. E abordou o uso mais eficiente de insumos, como os fertilizantes, com integração de sistemas com a pecuária. E reitera, novamente, assim como outros painelistas trouxeram, a importância de ter dados, medir essas ações. Inclusive, sugere a implantação de um sistema, uma metodologia brasileira, comprovada cientificamente e adequada, para fazer essas análises, e não ficar usando metodologias estrangeiras. Algumas empresas de insumo, acrescenta, já começaram a fazer mensurações do uso de bioquímicos, de biológicos porque cresceu a área que utiliza algum tipo de bioinsumo. Ele diz que é uma situação nova, que demora para ter um sistema, mas já é uma realidade. “A biologia acelerando a biologia. Essa para mim é a principal pesquisa que vamos ver nos próximos anos. Usar a biologia para resolver os problemas de biologia.”

Cita também o uso do digital para baixar o uso de insumos e consumo de energia. “Quando utilizo o monitoramento remoto, acompanho qualquer tipo de infestação, ataco uma reboleira, não preciso pulverizar uma área completa. Quando começo a usar isso com inteligência e capacidade operacional, os algoritmos vão ficando melhores, a gente consegue ter equipamentos melhores, consegue ter drones, que usam topografias diferentes, que permitem plantar em topografias, consegue usar o digital como uma fonte de redução de gasto energético, de melhoria de balanço de energia”

Esse caminho, acredita Alexandre, é fundamental para se ter a rastreabilidade das cadeias globais, de onde saiu o alimento, por onde passou, por onde foi feito o transporte.

“Pensando em sustentabilidade ambiental, econômica e social, as mensagens que eu quero deixar são as seguintes: primeiro que vamos viver em um sistema cada vez mais global de cadeias alimentares, o Brasil já é e será o grande salvador; nossas responsabilidades vão aumentar e vão aumentar as cobranças pelos concorrentes e pelos consumidores; terceiro, vamos ver uma era da biologia crescer, seja no uso de insumos, demanda de novos produtos, demanda de energia. Por fim temos que desenvolver sistemas digitais que nos permitam crescer de uma maneira eficiente, sem trazer custos agregados muito grandes”, finaliza.